

FELIPPE ANDRADE RAINHA

A PESCA ARTESANAL E A POLÍTICA PÚBLICA:

A trajetória de um pescador artesanal na busca pelo crédito do PRONAF.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do curso de Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cecília Campello do Amaral Mello

Rio de Janeiro

2013

FELIPPE ANDRADE RAINHA

A PESCA ARTESANAL E A POLÍTICA PÚBLICA:

A trajetória de um pescador artesanal na busca pelo crédito do PRONAF.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Cecília Campello do Amaral Mello

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Prof.^o Dr.^o Mauro Kleiman

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Dedico este trabalho a Professora Ana Clara Torres Ribeiro, pois com seu jeito doce e singelo cativava todos os corações sensíveis que dela se aproximavam. Professora Ana, estarás sempre em nossos corações e mentes. O seu pensamento continuará sempre vivo! Gostaria de dedicar este trabalho também a toda minha família, em especial aos meus avós, Adélia e João, Célia e Mário. Obrigado por serem exemplos de força e de determinação para mim. Sempre estaremos juntos, não importa em quais circunstâncias, pois o meu coração é morada de vocês!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus pelo dom da vida, pelas oportunidades que me foram dadas, por me cercar de pessoas que me querem bem e que me amam incondicionalmente. Sem Ele a minha vida não teria sentido e as minhas conquistas seriam vazias. Portanto, muito obrigado meu doce e amado Deus!

Agradeço também a todo apoio, carinho, compreensão e amor que recebi ao longo de toda a vida por parte de minha família. Que Deus abençoe imensamente a vida da minha mãe (Sonia), do meu pai (Mariocelio) e do meu irmão (Rodolfo). Muito obrigado, de coração, por todos os momentos lindos que compartilhamos. Amo todos vocês!

Agradeço especialmente a Daniele, minha doce e linda namorada, que com muita compreensão e carinho me ajudou nos momentos mais difíceis dessa jornada. Obrigado pela paciência e por me fazer acreditar que tudo é possível.

Agradeço também aos meus amigos: os da Equipes Jovens de Nossa Senhora; os do Ministério de Música; e os do NUTEMC / UERJ-FFP, pois com muitas orações e momentos descontraídos me ajudaram a dividir o fardo pesado deste momento atribulado. Agradeço também ao meu grande amigo Carlinhos, que com a sua irreverência de sempre ajudou a levantar o meu astral nos momentos certos. Amizades para toda a vida!

Agradeço também a minha orientadora a Professora Cecília Mello, pois este trabalho não seria possível sem o seu incentivo. Muito obrigado pela paciência e compreensão demonstrada ao longo dessa jornada. Você me abriu novas e boas possibilidades de realização desta monografia e sempre serei grato a ti por me permitir viver esta experiência tão enriquecedora. Muito obrigado!

Por fim, agradeço também a outra grande amiga e parceira de trabalho, a Professora Catia Antonia da Silva. Muito obrigado por tudo que me ensinou e por tudo que ainda irá me ensinar. Obrigado pelos debates, pelos desabafos, enfim, por todos os ricos momentos que vivemos em nossas pesquisas com os pescadores e também na vida. O maior presente que destes para mim foi ter me apresentado à grandiosa Professora Ana Clara Torres Ribeiro. Não há palavras que me façam descrever os momentos com ela compartilhados. Muito obrigado Catia. Isto foi simplesmente fantástico!

[...] Se não há qualquer limite, é porque Deus é amor (1 Jo 4,8) e o amor é Deus. O que nos liga verdadeiramente a Deus é um relacionamento amoroso. E o amor de Deus é infinito. Ter parte nesse amor é amar e dar até que isso nos doa. É por isso que o importante não é tanto o que fazemos, mas o amor que damos, o amor que colocamos no que fazemos. Quem não sabe dar nem receber amor é, qualquer que seja a sua riqueza, o mais pobre dos pobres.

(Beata Teresa de Calcutá, fundadora das Irmãs Missionárias da Caridade,
apud MUGGERIDGE, 2003)

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo promover o debate em torno da política pública denominada Programa de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF), tendo como enfoque a sua abrangência aos pescadores artesanais. Tal objetivo se fundamenta na necessidade de desvendar a relação existente entre a política pública e a pesca artesanal, identificando os limites e potencialidades desta relação. A escolha do PRONAF como objeto de análise se justifica por este se configurar como uma das principais fontes de crédito (financeiro) que se encontra disponível ao pescador artesanal, caracterizando assim, uma importante alternativa de mudança de vida para os milhões de trabalhadores ligados a esta atividade. Do outro lado, a escolha da pesca artesanal como temática se deu em função de minhas observações sobre a precariedade que emana do setor, seja relativa às condições de trabalho dos pescadores, seja referente às condições de vida destes trabalhadores. Desse modo, buscou-se aqui compreendê-la mais profundamente, especialmente no que consiste ao seu fazer cotidiano, haja vista que esta forma de trabalho se adapta constantemente às transformações do meio em que se insere, trazendo para o debate uma variedade de questões em torno da produção e do ordenamento do espaço geográfico. Neste sentido, a questão central deste trabalho consiste na análise da relação existente entre o Estado e a pesca artesanal, verificando, com o auxílio do método de pesquisa etnográfico, os caminhos que se deve percorrer para obter o recurso do PRONAF, mergulhando assim, na complexidade que se faz presente no interior deste processo.

Palavras-chave: Pesca artesanal. Política Pública. Espaço geográfico. PRONAF. Estado.

ABSTRACT

The present study aims to promote the debate around a public policy called Program for Strengthening Family's Agriculture (PRONAF), having as its focus the artisanal fishermen's access to this policy. We aim to discuss the relationship between public policy and the artisanal fisheries, identifying its main limits and potentialities. The choice of PRONAF as object of analysis is justified by the fact it has been setup as one of the main sources of financial credit available to artisanal fisherman, featuring an important life-changing alternative for millions of workers connected to this activity. On the other hand, the choice of artisanal fisheries as an object of research is related to this sector's social insecurity such as the fishermen difficult working and living conditions. In this way, we aim at understanding this relation more deeply, especially to comprehend fishermen everyday routine, considering that this form of work constantly adapts to changes in the environment which it is immersed, bringing to the debate a variety of issues surrounding the production and planning of the geographical space. In this sense, central question of this work is the analysis of the relationship between the State and the artisanal fisheries. Through the method of ethnographic research, we followed the paths that the fishermen must go through to get the PRONAF's financial resources, finding out the complexity present within this process.

Keywords: Artisanal fisheries. Public policy. Geographical space. PRONAF. State.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fluxograma da trajetória do pescador Isac Alves na busca pelo financiamento do PRONAF	72
---	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Produção Nacional de Pescado por Grandes Regiões Administrativas	37
--	----

Mapa 2 – Produção Nacional de Pescado (referente à aquicultura) por Unidades da Federação	38
--	----

Mapa 3 – Produção Nacional de Pescado (referente à pesca extrativista) por Unidades da Federação	39
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Produtividade do setor pesqueiro e aquícola e consumo per capita de pescado por continente – 2009	33
Tabela 02: Produção brasileira de pescado - 2003 a 2009	34
Tabela 03: Produtividade pesqueira da China - 2010	35
Tabela 04: Produção Nacional de Pescado por Unidade da Federação (t) - 2009	36
Tabela 05: PRONAF: Valor financiado por fonte de recursos (em R\$ milhões)	47
Tabela 06: Evolução do número de municípios atendidos pelo PRONAF: Brasil 2001/2002-2009/2010 (em números absolutos)	49
Tabela 07: Evolução do montante e do número de contratos do PRONAF: Brasil e Grandes regiões 2002/2003-2009/2010	50
Tabela 08: Número de estabelecimentos ligados à agricultura familiar e pessoal ocupado por unidade (no Brasil), segundo o Censo Agropecuário de 2006	50
Tabela 09: Estabelecimentos que não obtiveram financiamento, por motivo da não obtenção, segundo a agricultura familiar - Brasil –2006	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAPG: Associação dos Pescadores e Aquicultores da Pedra de Guaratiba
ASIBAMA: Associação dos Servidores do IBAMA
Ater: Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFI: Credenciamento de Fabricantes Informatizado
CIC: Cartão de Inscrição do Contribuinte
CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPF: Cadastro de Pessoas Físicas
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DAP: Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO: Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização de Agricultura e Alimentos das Nações Unidas)
FAT: Fundo de Amparo ao Trabalhador
FC: Fundos Constitucionais
FIPERJ: Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro
FNRA: Fundo Nacional de Reforma Agrária
Funcafé: Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MERCOSUL: Mercado Comum do Sul
MPA: Ministério da Pesca e Aquicultura
MPP: Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais
NUTEMC: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas
OGU: Orçamento Geral da União
OMS: Organização Mundial da Saúde
PNRA: Programa Nacional de Reforma Agrária
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar
PROVAP: Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
RG: Registro Geral

RGP: Registro Geral de Pesca

RPE: Recursos Próprios Equalizáveis

SAF: Secretaria da Agricultura Familiar

SEAP: Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

SPC: Serviço de Proteção ao Crédito

TKCSA: ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico

UERJ-FFP: Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro

ZEE: Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 COMPREENDENDO CONCEITOS PARA ENTENDER A REALIDADE: DISCUSSÕES NECESSÁRIAS	15
2.1 O espaço geográfico e a produção do espaço urbano	15
2.2 A pesca artesanal e a política pública	24
3 A PESCA EM NÚMEROS: UM PANORAMA DAS ESCALAS NACIONAL, REGIONAL E ESTADUAL	33
3.1 A pesca na escala nacional	33
3.2 A pesca na escala regional e estadual	35
4 O PRONAF EM FOCO	41
4.1 Histórico do PRONAF: o que levou a sua gênese?	41
4.2 O funcionamento do PRONAF: compreendendo alguns pontos chave	43
4.3 Analisando os números do programa	47
5 O PRONAF E A PESCA ARTESANAL	52
5.1 O PRONAF Pesca e o PRONAF Mais alimentos	53
6 ACOMPANHANDO TRAJETÓRIAS: UM EXERCÍCIO ETNOGRÁFICO SOBRE OS CAMINHOS DOS PESCADORES EM BUSCA DO ACESSO À POLÍTICA PÚBLICA	56
6.1 A escolha do método etnográfico	56
6.2 Encontros e desencontros de um pescador na busca pelo crédito do PRONAF	59
7 CONSIDERAÇÕES	73
REFERÊNCIAS	78

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo geral realizar uma reflexão sobre a relação entre Estado e sociedade. Para tal, proponho como objeto de estudo a análise de como se dá o acesso à política pública por parte dos pescadores artesanais. A política pública em questão é o Programa de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF), o qual busca financiar o incremento da produção de pequenos produtores rurais (dentre eles pescadores e aquicultores) que realizam seu processo de trabalho sob o regime familiar.

Esta análise é fundamentada a partir do método dialético, o qual me auxiliará no enfrentamento reflexivo daquilo que se refere à *práxis* da presente pesquisa. A dialética aqui terá papel fundamental na interpretação das diferentes formas de leitura de mundo (produzidas a partir da interação entre o Estado e a pesca artesanal), tornando este fazer científico um fazer sensível às contradições inerentes à relação acima mencionada. A partir da utilização desse método de pesquisa será possível, ainda, trazer para o debate questões que transcendem o próprio objeto de estudo, estimulando a reflexão sobre como podemos compreender os pescadores artesanais, suas práticas espaciais, sua existência.

Neste sentido, se encontra presente neste trabalho um relato que foi produzido, tendo como fundamento, a utilização de ferramentas do método etnográfico. Com esta metodologia foi possível realizar o acompanhamento da trajetória de um pescador artesanal na busca pelo crédito do PRONAF. A realização de trabalho de campo e o emprego da técnica de pesquisa denominada observação participativa, possibilitou a este estudo percorrer caminhos pouco explorados em trabalhos acadêmicos, revelando situações sociais instigantes nas práticas cotidianas que constituem a relação entre o referido programa e seus beneficiários.

Dessa forma, visando uma melhor organização das idéias, este trabalho foi estruturado em sete capítulos (contando com a presente parte e com a conclusão), os quais se apresentam da seguinte forma. No capítulo que segue (capítulo dois) se concentram os principais conceitos que sustentam esta pesquisa. Nesta primeira discussão delimitarei o recorte espacial que abrange o meu objeto de estudo, falo aqui do espaço geográfico e, mais precisamente, do espaço urbano. Ainda neste capítulo estarão presentes importantes discussões sobre como a pesca artesanal e a política pública são apreendidas neste trabalho.

No terceiro capítulo estarão contidas reflexões sobre como a pesca brasileira se apresenta atualmente, a partir de uma análise multi e transescalar, a qual compreenderá informações sobre a produtividade de pescado aos níveis nacional, regional e estadual. Estas análises possibilitarão identificar a conjuntura que vive a pesca brasileira, bem como auxiliará no apontamento de algumas tendências inerentes à intencionalidade do Estado por detrás da gestão que realiza sobre o setor. Para este capítulo foram utilizadas ferramentas de pesquisa, como tabelas e mapas concernentes ao tema proposto.

Já no quarto capítulo, o PRONAF será esmiuçado. Neste estarão contidas discussões referentes ao processo que levou à criação desta política, bem como a maneira como se dá seu funcionamento. Ainda neste capítulo serão analisados os números que giram em torno do PRONAF, identificando, por meio destes, as potencialidades e os limites que se encontram na dimensão da aplicabilidade do programa em questão.

No capítulo cinco, a pesca e o PRONAF enfim serão analisados de maneira conjunta. Reflexões sobre como esta política abarca a atividade pesqueira em sua estrutura, serão aqui levantadas. Ainda neste capítulo será apresentada a dimensão burocrática que o programa impõe sobre os pescadores artesanais, nos levando a refletir sobre as contradições que são produzidas a partir desta relação.

No sexto capítulo realizamos uma breve discussão em torno da escolha do método etnográfico para a realização da presente pesquisa. O relato vem logo após esta explanação sobre o método e se apresenta como uma narrativa que explicita todo o processo vivenciado por um pescador artesanal em busca de acesso à referida política.

Por fim segue-se a conclusão deste trabalho, buscando refletir sobre as principais discussões levantadas ao longo do tempo de pesquisa, possibilitando trazer para o debate acadêmico uma série de questões que emanam da interação entre os diversos agentes de produção do espaço geográfico.

Enfim, uma das intenções que fundamenta o presente estudo é de realizar uma contribuição significativa à comunidade científica, no que tange à compreensão da pesca artesanal enquanto uma forma de trabalho diferenciada das formas de trabalho urbanas, um fazer que necessita ser compreendido a partir da existência e do cotidiano vivido pelos pescadores e pescadoras artesanais.

2 COMPREENDENDO CONCEITOS PARA ENTENDER A REALIDADE: DISCUSSÕES NECESSÁRIAS

A partir dos conceitos, a Ciência pode promover uma leitura sobre o mundo que a cerca, sobre a realidade que se coloca diante de seus olhos. Realizar análises, identificar conjunturas, estabelecer definições, tudo isso é inerente à função desempenhada pelos conceitos na práxis científica, da sua gênese até a atualidade. Dessa forma, procurarei neste capítulo realizar algumas discussões conceituais que intencionam dar suporte ao objeto de estudo proposto para esta monografia.

Num primeiro momento, realizarei uma discussão a respeito da constituição do conceito de espaço geográfico, a partir da preciosa contribuição da obra do geógrafo Milton Santos. A importância deste conceito para o presente trabalho se dá no sentido de que compreendo o espaço geográfico como produto das relações que nele se fazem presentes, sendo assim o grande cenário de atuação do Estado, do capital e da sociedade. Ainda nesta primeira parte realizarei um mergulho dentro do conceito de espaço geográfico com o intuito de promover a discussão sobre o conceito de espaço urbano a partir da interlocução com diversos autores como David Harvey e Ana Fani Alessandri Carlos, por exemplo. Como parte da totalidade do conceito de espaço geográfico, o urbano se apresenta como um conceito que explicita o contexto em que se dão as relações elucidadas no objeto de estudo desta monografia. A aceleração do tempo e a ampla magnitude dos processos de produção do espaço são levadas em consideração neste debate.

No segundo momento deste capítulo serão debatidos os conceitos de política pública e de pesca artesanal. Em relação à política pública buscarei uma discussão que a entende como uma ferramenta do Estado para auxiliar no ordenamento do espaço geográfico. No que se refere ao conceito de pesca artesanal, será realizada uma tentativa de compreendê-la não somente como uma atividade, como uma categoria de trabalho, mas também como um modo de vida, como um fazer reprodutor de temporalidades distintas ao tempo do capital.

2.1 O espaço geográfico e a produção do espaço urbano

Para tornar possível a realização do presente estudo, o qual busca (em suma) a análise da aplicabilidade das ações do Estado por meio das políticas públicas, é

necessário compreender, em primeiro lugar, que essas ações se dão de fato sobre uma determinada porção do espaço. Neste sentido, venho propor aqui procurar entender como este espaço se configura e, principalmente, como se constitui, ou seja, como se dá a sua produção bem como a sua reprodução.

Para compreendermos o espaço em sua totalidade devemos entender que o mesmo é composto por uma materialidade e pelas ações humanas. Dessa forma, o ser humano, por meio de suas ações modifica as coisas e os objetos, alterando, conseqüentemente, o espaço e, no decorrer desse processo, o espaço também o modifica. A dialética dessa relação se dará num dado tempo (um tempo histórico) e será construída no cotidiano vivido pelos sujeitos que nela se inserem. Neste sentido, Santos (2008) explana:

O espaço deve ser considerado como sendo um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. [...]. (SANTOS, 2008, pág. 153)

Ao compor o espaço, os objetos e as funções a eles atribuídas, teremos a oportunidade de decifrar o passado, entender os processos que são traçados no presente e analisar os possíveis caminhos a que sua produção (e reprodução), no sentido da construção (ou renovação) de sua materialidade e funcionalidade, poderão levar. Neste sentido, Santos (2008) compreende que o espaço construído incorpora em sua materialidade as formas pretéritas de uma divisão social (e internacional) do trabalho e das técnicas que levaram o homem a interagir com o meio e, assim, modifica-lo.

As “rugosidades” são por ele definidas como as formas passadas que configuram o espaço construído. Servem como testemunho de um dado momento, de um modo de produção nas suas diferentes formas, mas, sobretudo, no modo de produção da vida cotidiana. Assim, o espaço é uma forma durável, onde a maior parte dos processos que nele incidem, tendem a se adaptar a essa materialidade previamente construída, enquanto que uma outra parte cria novas formas ou ressignificam as já existentes, a fim de que atendam às necessidades de suas funções. (SANTOS, 2008)

O espaço jamais pode ser considerado um produto terminado, finalizado, pronto de fato. A velocidade de sua produção ou reprodução dependerá da dinâmica e da

capacidade de transformação correspondente ao corpo social nele presente. Entretanto, ao concebermos o espaço como uma estrutura social, devemos compreender que o mesmo não desempenha um papel passivo nessa relação traçada com a sociedade e suas estruturas (econômica, produtiva, política e simbólica). Muito pelo contrário, o espaço reage a todas as ações a ele direcionadas, condicionando a sociedade a um processo de constante mudança e readaptação às novas realidades inerentes a essa dinâmica.

Neste sentido, o espaço pode ser compreendido como fruto de um processo social no qual sua produção e/ou reprodução trará como resultado as formas inerentes ao tempo em que foram promovidos esses processos. Essa relação entre espaço e sociedade é dialética e, como bem salienta Lefebvre (1974), o espaço não é somente um receptáculo das ações humanas, ele também as sugere ou as interdita.

[...] o espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele envolve as coisas produzidas, e compreende suas relações em sua coexistência e simultaneidade: ordem (relativa) ou desordem (relativa). Ele é o resultado de uma série, de um conjunto de operações, e não pode ser reduzido a um simples objeto. [...] Efeito de ações passadas, ele permite ações, as sugere ou as proíbe. (LEFEBVRE, *apud* SANTOS, 2008, pág. 190)

Se o homem, por meio de suas ações, produz e/ou reproduz o espaço, isso se dá com o auxílio das técnicas. O desenrolar da história humana se deu por meio da relação existente entre o homem e os artefatos (além das habilidades) que os mesmos desenvolvem com o intuito de melhorar as condições de vida individuais e coletivas. A cada nova descoberta, transformam-se as técnicas e os modos de produção vigentes, dando lugar a novas possibilidades de apropriação do espaço e de leitura da realidade.

Com isso, é correto afirmar que o homem, por meio das técnicas, constrói sua própria história e, dessa forma, o mesmo se promove como ser social. O fato do homem produzir, ou seja, extrair do meio os elementos indispensáveis à reprodução de sua vida, o torna capaz de formular estratégias de sobrevivência e de percepção das necessidades básicas e de manutenção da sua existência. A partir daí, como afirma Santos (2008), produzir e reproduzir espaço são dois atos indissociáveis, pois ao modificar a natureza bruta, o homem produz uma nova natureza, na qual estarão presentes diversos elementos técnicos, os quais já são concebidos para serem substituídos por novos elementos. Portanto, o homem produz uma natureza social (socializada), o que caracteriza o ato de produzir como sendo o ato de (re)produzir o espaço. (SANTOS, 2008, pág. 203)

O processo de produção está intrinsecamente relacionado ao processo de trabalho, através do qual o homem, por meio de seus instrumentos e técnicas, modificará a natureza e, ao mesmo tempo, modificará o seu próprio ser. O trabalho contribui para a constituição do homem como um ser social, atribuindo a ele a responsabilidade de construir os rumos de sua vida, ou seja, sua própria história. O homem modifica o espaço por meio de suas ações, dentre elas o trabalho, fazendo com que o segundo ganhe uma outra qualidade, uma nova representação (SANTOS, 2008).

O espaço geográfico é, portanto, este espaço construído, modificado pelas ações humanas, sobretudo pelo processo de trabalho. A divisão internacional do trabalho contribui para a produção de um espaço geográfico cada vez mais homogêneo e que condiciona sua transformação a um padrão técnico específico, hegemônico.

Entretanto, por mais que os agentes hegemônicos, (re)produtores do espaço, compreendam o mesmo como uma estrutura que se inclina às suas necessidades e anseios de homogeneização das coisas e das relações, isso não deve ser considerado como verdade absoluta, pois a heterogeneidade do espaço geográfico provém dos processos de resistência impostos às atividades desses agentes. Essa resistência não parte dos objetos técnicos que se fazem presentes no espaço, mas sim da diversidade de sua composição social, daquilo que lhes atribui vida.

Neste sentido, a construção histórica do homem no mundo se inicia a partir do momento em que o mesmo compreende que ao seu redor está tudo aquilo de que necessita para garantir a sobrevivência de si e dos de sua espécie. A aceleração da construção desta historicidade se dá no momento de descoberta do homem como indivíduo. Este, por conseguinte, buscará a elaboração de instrumentos no intuito de prevalecer perante os desafios (quase sempre mortais) que o meio lhe propõe dia após dia em sua jornada de vida. A respeito dessa reflexão, Santos (1994), argumenta:

A história do homem sobre a Terra é a história de uma rotura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza. Hoje, com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução. (SANTOS, 1994, pág. 17)

Vimos, até o momento, que o homem, por meio de suas ações, modifica a natureza e, no decorrer desse processo, também se modifica. As ações humanas, sobretudo no sentido do trabalho, perdem cada vez mais seu caráter local em detrimento

de uma projeção global, universal. É por meio do trabalho que o homem produzirá uma grande quantidade de objetos técnicos, criados para atender demandas específicas e, de maneira geral, poucos serão aqueles que estarão acessíveis à sociedade como um todo.

A natureza é, portanto, transformada em natureza tecnicizada o que nos permite compreendê-la também como uma natureza abstrata, onde sua construção se dará a partir de discursos que fundamentarão a necessidade dos objetos técnicos (indispensável ao uso) e da inteligibilidade das ações (indispensável a sua legitimação) (SANTOS, 1994, pág. 20).

O espaço, neste sentido, pode ser percebido por meio da tecnoesfera e da psicoesfera. Essas duas resultantes do espaço geográfico, juntas, formam o meio técnico-científico. A tecnoesfera surge como produto do constante processo de artificialização do meio natural, onde os objetos técnicos substituem sucessivamente os elementos naturais, seja na cidade, seja no campo. A psicoesfera é produto das reflexões humanas, dos desejos, dos costumes, das crenças, que condicionam o comportamento e as relações entre os indivíduos na sociedade. Neste sentido, o espaço geográfico, ao compreender essas duas resultantes (sendo mais relevante a participação da psicoesfera do que a tecnoesfera para essa afirmação) será caracterizado como um meio técnico-científico. (SANTOS, 1994, pág. 32)

A percepção do espaço por meio da tecnoesfera e da psicoesfera nos permite compreendê-lo como um substrato que está aberto ao novo e que, entretanto, resiste às mudanças. Tais mudanças provêm de uma ordem global, de um processo homogeneizador de dimensão mundial, que se fundamenta em fatores inerentes a uma lógica de mercado. A partir da difusão desta concepção de mundo em proporções mundiais, diversas serão as organizações, instituições, igrejas, dentre outros agentes, que promoverão, por outro lado, formas de percepção de mundo que se contrapõem a essa ordem. Em contrapartida, o processo de resistir a essas mudanças impostas pela ordem global parte do tecido social em sua menor parcela do espaço geográfico, ou seja, do lugar¹.

O lugar concentra os principais confrontos travados contra o processo de homogeneização do mundo imposto pelo fenômeno da globalização. Dessa forma, é correto afirmar que é por meio do lugar que a globalização será colocada à prova, será

¹ Como bem salienta o autor nesta mesma obra: “[...] o lugar é o encontro entre as possibilidades latentes e oportunidades preexistentes ou criadas. [...]”. (SANTOS, 1994, pág. 44)

testada e, possivelmente, poderá também ser negada. Os sentidos do lugar, construídos por seus sujeitos, se apresentam como obstáculos aos processos de fragmentação do espaço geográfico organizados pelas temporalidades rápidas inerentes aos grandes agentes. Desse modo, é na escala local que o fazer cotidiano sofrerá suas principais transformações, a fim de se adaptar ou de negar as realidades impostas pelo global.

Neste sentido, compreender a dimensão do cotidiano nos permite aprofundar a análise de um tempo plural. Um tempo que abrange realidades diversas, de atores diversos, os quais se encontram incluídos num *espaço banal* (o espaço de todos, o espaço da disputa) e que compreende todas as dimensões do acontecer. (SANTOS, 1994, 38)

Assim, a velocidade com que a troca de informações se dá neste novo tempo é infinitamente maior do que nos séculos passados. As sucessivas revoluções técnicas permitiram a construção de uma rede mundial de telecomunicações, fator importante e indispensável à intensificação do processo de globalização. O espaço geográfico, que outrora era compreendido como meio técnico-científico, tem cada vez mais a presença desse outro componente, a informação. Desse modo, compreender a estrutura do meio técnico-científico-informacional nos permite entender essa nova dimensão do tempo e do espaço. Habilita-nos também a identificar as estratégias dos agentes hegemônicos na busca pela apropriação do espaço e na transformação dos lugares em locais mundializados. (SANTOS, 1994, págs. 44 e 45)

Segundo Santos (1994), o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos (materialidade) e de sistemas de ações (intencionais ou espontâneas). No decorrer do tempo, novos objetos e novas ações trarão uma nova representação do todo, caracterizando um constante processo de mudança das formas e das funções que compõem o espaço geográfico. Avançando um pouco mais no entendimento sobre os sistemas de objetos e os sistemas de ações, Santos (1994) explana:

[...] objetos culturais tendem a tornar-se cada vez mais técnicos e específicos, e são deliberadamente fabricados e localizados para responder melhor a objetivos previamente estabelecidos. Quanto às ações, tendem a ser cada vez mais racionais e ajustadas. Convertidos em objetos geográficos, objetos técnicos são tanto mais eficazes quanto melhor se adaptam às ações visadas, sejam elas econômicas, políticas ou culturais. (SANTOS, 1994, pág. 49)

Além dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações, o autor também identifica no espaço geográfico dois traços do movimento relativo ao desaparecimento das

distâncias (fator característico do processo de globalização) e do fazer cotidiano. A existência de formas materiais e de sociabilidade anteriores aos vetores de modernização e regulação do espaço geográfico acabam por caracteriza-lo como um espaço diversificado, heterogêneo. Neste sentido, serão identificadas as horizontalidades (construída coletivamente e cotidianamente) e as verticalidades (decisões vindas de cima para baixo, ordens globais com efeitos locais). A respeito desses conceitos, Santos (1994) argumenta:

[...] As horizontalidades são o alicerce de todos os cotidianos, isto é, do cotidiano de todos (indivíduos, coletividades, firmas, instituições). São cimentadas pela similitude das ações (atividades agrícolas modernas, certas atividades urbanas) ou por sua associação e complementaridade (vida urbana, relações cidade-campo). As verticalidades agrupam áreas ou pontos, ao serviço de atores hegemônicos não raro distantes. São os vetores da integração hierárquica regulada, doravante necessária em todos os lugares da produção globalizada e controlada a distância. [...]. (SANTOS, 1994, pág. 54)

Neste sentido, o que proponho aqui é compreendermos espaço como produto das ações humanas. A vida em sociedade traz como consequência um constante processo de produção e reprodução do espaço. Sua formação não se dá da noite para o dia, mas sim através do tempo, um tempo histórico. A sociedade (inclui-se aqui o Estado, os grandes e os pequenos agentes) ao produzir o espaço, insere no mesmo uma complexidade de normas e técnicas, construindo assim uma vasta quantidade de objetos que são conectados por redes de circulação de produtos e de informações. Tudo isso caracteriza o que conhecemos – e que entendemos como conceito base para este trabalho – por espaço geográfico.

Tal forma de conceber o espaço nos permite entendê-lo como em constante mutação, vivendo uma intensa dinâmica de ressignificação de seus fluxos e de seus fixos. É respeitando essa mesma lógica que devemos compreender o espaço urbano, pois o mesmo é fruto de inúmeros processos que se deram ao longo do tempo. A cidade é a forma desse espaço, sua materialidade. Sua constituição se dá por meio de processos de reprodução econômica, social e cultural.

De acordo com Santos (1994), o urbano pode ser compreendido como o abstrato, o geral, o externo. Partindo desta análise podemos afirmar que o urbano é o resultado das relações e das ações da sociedade, as quais produzem e reproduzem as formas presentes neste espaço. Logo, o espaço urbano será formado pelas práticas sociais que

nele se fazem presentes e são responsáveis por lhe dar vida, por lhe atribuir uma dinâmica.

Todavia, não há possibilidade de pensar a atual conjuntura de (re)produção do espaço urbano se concebermos este processo fora do contexto da dinâmica capitalista. Analisar os movimentos inerentes à sociedade é indispensável para compreendermos a dinâmica dos processos de transformação que incidem sobre o espaço. A cidade é uma construção social, um produto histórico. É um trabalho materializado que se acumula (e se recria) ao longo do tempo (CARLOS, 2011).

Para Harvey (1993) o capital é um importante agente de produção do espaço urbano e o transforma conforme a sua própria necessidade de reprodução e acumulação. O desenvolvimento do capital, portanto, se dá a partir da construção, desconstrução e reconstrução das formas fixas no espaço, o que irá caracterizar um constante processo de reprodução da contradição capitalista e de alteração dos modos de vida.

O espaço urbano é também *locus* (e produto) do processo de trabalho e da luta de classes. Tais elementos incidem sobre o urbano a partir da historicidade de seu movimento, dos resultados de suas ações ao longo do tempo. Dessa forma, as diversas revoluções técnicas e sociais que se deram no decorrer da história do mundo, são responsáveis diretas pela (re)produção do urbano. Nele a contradição capitalista (historicamente produzida) surge como fruto da relação existente entre a dinâmica produtiva e a produção/reprodução da força de trabalho (CASTELLS, 1983 e LOJKINE, 1981 *apud* PORTELA, 2011).

Assim, o urbano mantém em sua materialidade uma complexidade de redes de infraestrutura que favorece a produção, a circulação (de pessoas e de mercadorias), o consumo de bens e de serviços, dentre outras atividades. Ele é produto da interação entre diversos grupos sociais, bem como dos conflitos inerentes a essas relações. Desse modo, é correto afirmar que no processo de reprodução do espaço urbano os diferentes agentes atuam de acordo com suas próprias estratégias, movidos pelos seus próprios interesses. Entretanto, tais agentes também podem se unir em causas comuns, a fim de garantir-lhes novas possibilidades de representação e de atuação no processo de produção urbana. Com isso, podemos afirmar que a intensidade da ação desses agentes se dará de acordo com suas posições na hierarquia social; além disso, deve-se considerar também o grau de amplitude dos interesses dos mesmos em determinadas localidades do urbano.

Dessa forma, identifica-se uma variedade de agentes produtores do espaço urbano, os quais se distribuirão por diferentes segmentos da sociedade. As relações de poder travadas entre eles representa a busca pela garantia das necessidades intrínsecas ao cotidiano de uma sociedade classista, que evoca no urbano a construção de uma arena de lutas sócio-políticas movidas, por um lado, por interesses econômicos e, por outro, pelo desejo de reprodução da vida.

Neste sentido, podemos dizer que o processo de criar e recriar o urbano não cabe somente ao capital. Segundo Corrêa (1995), os responsáveis pela reprodução do espaço urbano são: 1- os proprietários dos meios de produção; 2- os proprietários fundiários; 3- os promotores imobiliários; 4- o Estado e 5- os grupos sociais excluídos. O Estado surge como o grande organizador do espaço urbano e regula as ações dos demais pelo mesmo. Porém, o que se verifica na prática é a atuação de um Estado que cede às forças de mercado e do capital e ordena (com mãos de ferro) o espaço inerente àqueles que se encontram à margem do processo de acumulação. Estamos diante de um Estado intervencionista que regulamenta o urbano a fim de atender às necessidades de reprodução do capital. Ao assumir esta faceta, o Estado acentua a fragilidade existente nas relações de trabalho e, conseqüentemente, nas condições de reprodução da vida.

Com isso, concebo o espaço urbano como um produto plural das relações sociais que se deram ao longo da história. Do processo de sua formação participam diferentes agentes, os quais irão transformá-lo de acordo com seus interesses e desejos. Como também é produto das relações engendradas no capitalismo, o espaço urbano carregará em si a contradição inerente a esse sistema, fazendo com que a sua apropriação se dê de maneira desigual entre os diferentes segmentos da sociedade. Logo, é um espaço fragmentado e que carrega em sua materialidade diferentes temporalidades. O Estado é quem propõe o seu ordenamento, mas como os interesses deste se encontram atrelados aos interesses do capital, o urbano se configurará como a expressão máxima da ideologia capitalista e, conseqüentemente, abrigará em seu território as marcas dos processos de modernização. É no espaço urbano, metropolitano, da cidade do Rio de Janeiro onde se encontram a pesca artesanal e os sujeitos aqui estudados, os quais, por meio do seu fazer cotidiano, se colocam frente a frente aos grandes agentes produtores dessas temporalidades aceleradas. O convívio não se dá sem conflito, pois a existência de um se torna um grande obstáculo à existência do outro, o que veremos, mais profundamente, nas linhas a seguir.

2.2 A pesca artesanal e a política pública

As diferenças existentes entre as atividades econômicas não se limitam à questão da técnica que nelas são empregadas, nem também se restringe apenas à questão da localização das mesmas, seja no urbano, seja no rural. Entretanto, uma das mais pontuais e importantes peculiaridades existentes nas diferentes formas de trabalho diz respeito ao método empregado no seu fazer diário que, em diversas atividades, respeitam padrões seculares em suas práticas pelo espaço.

A atividade pesqueira (assim como a agrícola), especialmente no seu regime artesanal, configura bem a realidade descrita acima. Sua metodologia é bastante peculiar e o seu fazer cotidiano é único. Sua dependência em relação a condições naturais específicas, bem como aos ciclos de reprodução das espécies que dão origem a sua produção, a coloca como uma atividade em que o capital não se aplica da mesma maneira como em outras atividades, principalmente, se estas se localizam no meio urbano.

Na pesca artesanal, o pescador é dono de seus meios de produção, seja ele pequeno, médio ou grande produtor. Quando não detém os meios de produção, o pescador busca o trabalho vendendo ao pescador dono dos meios de produção a sua capacidade para trabalhar, a sua força de trabalho. O nome dado a essa relação é *parceria (partilha ou quinhão, como afirmam outros autores²)* e consiste na divisão da renda líquida (a partir dos percentuais pré-estabelecidos entre as partes) obtida ao fim de cada produção. Há também o regime de trabalho baseado na unidade familiar, na qual o pescador realiza o seu processo de trabalho (na extração, no beneficiamento, na conservação ou na venda do pescado) ao lado de seus familiares. Neste caso, a renda obtida na pesca permanece na unidade familiar do pescador, o que lhe garante maiores possibilidades de acesso a novos meios de produção e/ou de ampliar sua capacidade de consumo.

Analisando a atividade pesqueira por meio da legislação, verificaremos que a pesca é toda operação, ação ou ato que busque extrair, colher, apanhar, apreender ou

² Refiro-me aqui a Natália Tavares de Azevedo, autora da tese “*Política nacional para o setor pesqueiro no Brasil (2003-2011)*” (escrita em 2012) que serviu de material de apoio para a realização do presente trabalho.

capturar recursos pesqueiros. Em seu 4º artigo, a Lei da Pesca³ afirma que a atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros. Na legislação verifica-se que a atividade pesqueira artesanal abrange os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto obtido pela pesca. A legislação (no seu 8º artigo) classifica-a ainda como atividade comercial, seguindo dois modelos distintos: a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte e extraindo no máximo 10 ton./mês; b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica envolvendo no processo de trabalho pescadores profissionais, empregados assalariados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial extraindo, mensalmente, mais de 10 toneladas de pescado.

Assim, ao visualizarmos a pesca artesanal apenas pelo viés da legislação estaremos negligenciando uma diversidade de práticas espaciais, as quais são responsáveis por gerar modos de vida peculiares e que se encontram intrinsecamente ligados a esta forma de trabalho. Se compreendermos a pesca artesanal desta maneira, estaremos mascarando a capacidade que a mesma possui de reproduzir experiências espaciais únicas, limitando-nos a entendê-la como mais uma atividade econômica subordinada ao capital.

Além disso, podemos afirmar que o processo de subordinação da pesca estará condicionado pela capacidade que cada pescador possui de incorporar o capital (meios de produção) ao seu processo de trabalho e/ou de inserir sua produção no mercado. Entretanto, essa vinculação da produção e dos meios de produção ao capital não é uma condicionante à geração de melhores condições de trabalho e/ou de vida. Os pequenos produtores da pesca artesanal (que possui uma grande representatividade no setor) serão os que mais sentirão as consequências da contradição gerada no seio deste sistema.

³ A Lei da Pesca (lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009), dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, bem como os dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, atribuindo, também, outras providências. (*Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>, acessado em 10/04/2013*)

Complementando a reflexão sobre a subordinação dos pescadores ao capital, Azevedo (2012) contribui da seguinte forma:

No caso da atividade pesqueira, é a característica dos mares e oceanos e dos recursos pesqueiros o primeiro fator a condicionar a expansão das relações capitalistas, ou, mais precisamente, a introdução do maquinismo em larga escala e a subordinação real do trabalho ao capital. É certo que as características naturais não impedem o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, mas a dependência dos fatores naturais, dos períodos de reprodução e o caráter móvel e cíclico dos recursos pesqueiros, além da característica dos fundos (arenosos e regulares, ou irregulares e constituídos por corais) limitam as práticas de pesca que se desenvolveram na indústria pesqueira capitalista, especialmente o arrasto. Assim, torna-se possível para o pescador permanecer na atividade mesmo utilizando instrumentos mais simples, permanecendo como produtor mercantil simples. A limitação da introdução do maquinismo, em muitos casos, torna mais vantajoso para o capital manter a subordinação do produtor mercantil simples por meio do capital comercial, num processo que leva a dependência e ao empobrecimento desses trabalhadores, ainda que se mantenham como donos dos meios de produção. (AZEVEDO, 2012, págs. 75 e 76)

De maneira geral, podemos compreender a pesca artesanal como uma atividade que abrange pequenos, médios e grandes produtores⁴, tendo a sua produção vinculada ao mercado (ampliado ou simples). Consta-se também, no que compreende à técnica, a utilização de uma vasta quantidade de apetrechos (redes, linhas, anzóis, armadilhas, instrumentos de navegação, etc.) e uma tipologia variada no que tange as embarcações (caíco, baleeira, canoa, traineira, etc.) e estas, por sua vez, utilizam propulsão a motor ou se locomovem por meio de remos. Boa parte dos meios de produção é confeccionada pelos próprios pescadores (compra-se somente a matéria-prima), exceto quando é necessário um trabalho mais especializado⁵ como, por exemplo, a confecção de redes muito extensas (com centenas de metros de comprimento), a construção de embarcações mais sofisticadas, o reparo de motores novos, entre outros. Sua produção é vendida aos atravessadores (sendo que estes a repassa às grandes empresas), às grandes empresas (de maneira direta), em feiras livres ou de porta em porta. Essas reflexões coincidem

⁴ A divisão dos produtores pesqueiros em pequenos, médios e grandes, parte do princípio de que a pesca artesanal se encontra no contexto da formalidade (médios e grandes produtores em sua maioria) e da informalidade (em suma, pequenos produtores). Contudo, ambos os grupos se encontram inseridos na dinâmica econômica dos lugares onde realizam suas atividades. A informalidade, na maioria dos casos, é fruto da incapacidade que o circuito formal da economia possui no sentido de incorporar esses trabalhadores à sua metodologia, às suas demandas e exigências.

⁵ Neste caso o pescador recorre a outros pescadores que tiram a maior parte de sua renda não da pescaria, mas sim da realização de trabalhos artesanais (confecção e reparo dos petrechos utilizados na pescaria) e/ou de trabalhos de estaleiro (confecção e reparo de embarcações). Geralmente esses outros pescadores possuem suas oficinas numa comunidade pesqueira ou nos seus arredores.

com o pensamento de Azevedo (2012), no qual a pesca artesanal também pode ser compreendida pelo:

[...] baixo grau de tecnificação e pelo alto grau de utilização da força de trabalho humana. Pode ser realizada com a utilização ou não de embarcações. É caracterizada como produção mercantil simples, mas pode ser encontrada em formas transicionais para a relação capitalista, ou seja, pode ocorrer a transição para o assalariamento mesmo em condições de baixo grau de tecnificação, que se dá geralmente pela formação de parcerias de pesca entre o dono da embarcação e os pescadores que possuem petrechos, mas não a embarcação, ficando o dono da embarcação com uma parte maior da produção, o que configura uma extração de trabalho excedente dos outros pescadores por parte desse. Aqui ocorre formas transicionais de subordinação do trabalho ao capital, especialmente ao capital comercial, que condiciona o trabalho tanto adiantando capital para o desenvolvimento da atividade de captura (crédito), quanto na compra da produção (intermediário). [...]. (AZEVEDO, 2012, pág. 79)

No que tange ao conhecimento inerente à realização da atividade pesqueira artesanal, o mesmo é passado pela oralidade e pela experiência do fazer cotidiano. Tal metodologia de perpetuação desse saber, ao marcar a trajetória desses sujeitos, marca também os lugares dessa prática espacial. Dessa forma, os lugares, que carregam em sua materialidade essas práticas, se encontram imersos numa temporalidade distinta à temporalidade do capital. O lugar ganha sentido e o sentido do lugar se faz presente no corpo e na vida dos sujeitos que contribuíram para o seu processo de formação.

O saber inerente à pesca artesanal surge, portanto, como um importante vetor de produção do espaço. Neste sentido, ela não pode ser encarada apenas como uma atividade econômica, mas também como um modo de vida. Suas práticas se encontram grafadas no espaço geográfico e constituem o cotidiano dos sujeitos que, por meio delas, se constroem enquanto seres sociais.

O capital, ao buscar a sua reprodução nestes modos de vida, acaba por romper com as temporalidades pré-existentes, além de iniciar o processo de fragmentação do espaço que as representa. O Estado, ao organizar o território para atender os anseios do capital, ratifica esse processo de fragmentação (e deterioração) dessas práticas espaciais. Fazendo isso, será dado início ao processo de transformação/adequação do tempo e do espaço nos moldes impostos pelo ritmo do capital.

Pensar o pescador artesanal como um profissional criado na contemporaneidade, como um trabalhador concebido e gerado no ritmo acelerado do tempo do urbano levamos a negar ou a não considerar as práticas espaciais e os modos de vida a eles inerentes (CARNEIRO, 1997). Devemos compreender este trabalhador para além dos conceitos e

dos pré-conceitos que reproduzem uma série de generalizações e que acabam criando estereótipos negativos sobre os mesmos, uma vez que estes não se enquadram aos modelos de profissionais criados no seio da cultura urbana. Se tentarmos compreender a pesca artesanal unicamente como uma atividade econômica e o pescador artesanal como um trabalhador citadino (mesmo que este realize o seu trabalho em ambiente urbano), estaremos limitando a nossa análise sobre a totalidade tanto desse sujeito, quanto da dimensão do seu fazer.

Enfim, compreender a pesca artesanal simplesmente como uma atividade econômica acaba por invisibilizar uma série de fatores que se encontram atrelados à produção/perpetuação de um saber secular. Enxergar a pesca artesanal valorizando o viés da memória individual e coletiva dos sujeitos que a praticam, é compreender que a vida se reproduz por diferentes meios, por diferentes temporalidades, contribuindo diretamente para a construção de um espaço diverso e complexo. Portanto, além da dimensão econômica, compreendo a pesca artesanal como uma atividade reprodutora de modos de vida específicos que vivem um tempo diferente do tempo do capital, do tempo da modernização, do tempo do urbano. Estes modos de vida, mesmo que se encontrem rodeados pelos tempos acelerados de produção (e, sobretudo, de reprodução) do espaço, buscam preservar o sentido do lugar por meio da ação dos sujeitos que nele habitam e que realizam, no tempo (cotidiano) e no espaço (lugar), a construção de sua própria história.

A busca pelo aumento da produtividade pesqueira em todo Brasil (assim como em vários outros setores econômicos), bem como pela sua integração ao mercado (interno e externo), vem provocando profundas alterações nos padrões de reprodução social de diversas comunidades pesqueiras. A subordinação da produção dessas comunidades ao capital nos revela a intencionalidade de alavancar o país para figurar ao lado dos grandes produtores mundiais desse gênero alimentício.

O grande articulador das estratégias que visam à organização do espaço geográfico para que o capital consiga se reproduzir é o Estado. Suas ações se materializam no espaço buscando, além do seu ordenamento, a regulação das relações sociais e produtivas que nele ganham vida. Todavia, para se ter um melhor entendimento sobre a totalidade deste fenômeno é necessário compreender quais são os instrumentos que este agente regulador utiliza para efetivar suas ações no espaço geográfico e, assim, transformá-lo conforme seus interesses. Neste sentido, identifico as políticas públicas como um dos instrumentos que auxiliam o Estado a promover o

ordenamento do espaço, contribuindo assim, para a gestão e para o controle das espacialidades (práticas espaciais) que nele ganham vida.

Ao analisar a atuação do Estado na atividade pesqueira artesanal identificamos algumas estratégias que apontam para o sentido da supressão da pequena produção pesqueira. A implantação de políticas públicas que intencionam alavancar a produtividade do setor se dá, basicamente, por meio da injeção de crédito aos médios e grandes produtores da pesca artesanal. Em contrapartida, àqueles que não se enquadram neste perfil resta conviver com uma realidade bastante complicada no sentido do fazer de seu trabalho o que vem ocasionando a desmotivação de milhares de pescadores por todo país⁶. Como veremos, a política pública vem se apresentando não como um incentivo à autossuficiência econômica dos pescadores artesanais, mas, antes, como um instrumento de dominação visando a regulação espacial, pois se impõe aos sujeitos como um modelo rígido, inflexível.

Verifica-se que a preocupação do Estado ao fomentar políticas públicas se encontra no sentido de garantir a reprodução capitalista a todo custo. O aumento da produtividade do setor pesqueiro artesanal se encontra nesse contexto e vem submetendo milhares de trabalhadores à lógica da acumulação (desigual) do capital, bem como às consequências inerentes a sua reprodução.

Entretanto, todo processo de dominação não se dá de maneira unilateral, ou seja, o ato de dominar sempre encontrará resistências por parte dos grupos visados pelos agentes hegemônicos. Neste sentido, as políticas públicas, por mais que tenham se constituído a partir de uma rigidez institucional e ideológica, acabam apresentando, em seus regulamentos, algumas reentrâncias. Isto será primordial para evocar novas estratégias de reprodução do espaço sobretudo impulsionadas por estratégias criativas de reprodução da vida.

Dessa forma, compreender a política pública como um mero instrumento de promoção do bem coletivo acaba por se tornar um entendimento limitado dessa

⁶ Desde que iniciei (em 2008) meus estudos sobre a atividade pesqueira artesanal me deparo com diversas realidades inerentes ao cotidiano vivido pelos seus trabalhadores. Na maioria delas um discurso é comumente reproduzido (principalmente no grupo dos pequenos produtores): o de que a pesca irá acabar em breve. Muitos desses trabalhadores não desejam que seus filhos sigam o caminho profissional que eles próprios seguiram, o que vem conduzindo a atividade para um movimento de envelhecimento no que se refere ao seu contingente de trabalhadores. Muitas são as causas que eles apontam para tal desmotivação e dentre elas podemos destacar as seguintes: a intensa poluição dos meios naturais em decorrência do alto investimento ao setor industrial (em especial, da indústria petrolífera e naval); a falta de incentivo do Estado na promoção direta da atividade e a ineficácia no que tange a representatividade e defesa da atividade por parte das instituições que deveriam estar a serviço desses trabalhadores (como Colônias, Federações e Associações).

totalidade, pois é perceptível a sua inserção num cenário de intensa disputa entre atores e sujeitos, principalmente no que concerne a sua implementação. Ao mesmo tempo em que é um instrumento de ordenação do território, ela também pode ser utilizada como meio de resistência pelos sujeitos desse processo. Sendo assim, consideramos pertinentes as seguintes afirmações de Azevedo (2012):

As definições mais correntes de políticas públicas as tratam como tudo que os governos fazem em nome do bem coletivo (Hofling, 2001). Essa é uma definição limitada, uma vez que subjaz uma concepção idealista do Estado como um agente do interesse geral, sem reconhecer o caráter antagônico das sociedades capitalistas e a profunda indeterminação entre a base econômica e a dimensão superestrutural – que, na verdade, constituem uma totalidade. (BORÓN, 2006 *apud* AZEVEDO, 2012, pág. 68)

Assim, é possível compreender a política pública como instrumento de ação do Estado que tem como objetivo a (re)produção social do espaço em toda sua complexidade, em sua totalidade. Portanto, estamos diante de um Estado que não pode ser compreendido a partir do princípio da neutralidade, como se suas ações, visando o ordenamento espacial, fossem isentas de intencionalidade.

A política pública não se aplica a um espaço vazio, mas sim a um espaço disputado tanto por grandes agentes vinculados ao capital, em sociedades de base capitalista, quanto pelos sujeitos locais. Dessa forma, pode-se afirmar que a resistência promovida pelos grupos sociais que se encontram à margem do processo de acumulação capitalista, frente ao processo de degradação de seus modos de vida visando o estabelecimento de modelos modernos reprodução social, se dá na esfera política. É por este motivo que entendemos os pescadores artesanais como agentes políticos que disputam os sentidos do processo de ordenamento do espaço geográfico (AZEVEDO, 2012).

Entretanto, a força dos sujeitos locais como agentes políticos é muito pequena quando colocados lado a lado aos grandes agentes vinculados ao capital e que promovem suas ações partindo de uma lógica transescalar, bem como de uma temporalidade acelerada, que dita os ritmos dos processos de transformação do espaço. Compreende-se, portanto, que as políticas públicas, por mais que sejam direcionadas às parcelas menos favorecidas da sociedade, têm um papel fundamental no ordenamento espacial promovido pelo Estado, o qual visa a reprodução capitalista a todo custo, tendo como uma de suas principais finalidades a criação de condições mais favoráveis para inserir setores dinâmicos da economia nacional em um mercado econômico global.

Dessa forma, conceber a política pública como um importante instrumento de ordenamento do espaço geográfico, processo este que se dá sob a regulação do Estado, permite-nos compreendê-la como um vetor de estímulo à reprodução do capital, facilitando assim, a organização do espaço para abrigar suas atividades. Logo, tudo aquilo que não se encontra ou não consegue se encaixar nesse contexto, é tido como descartável, como insignificante. Desse modo, estamos diante de um processo de invisibilização de diversos sujeitos sociais, os quais são colocados à margem do processo de modernização e de transformação do espaço geográfico, o que poderá contribuir para a degradação de suas formas de vida. Por outro lado, uma vez que não se submetem (ou não conseguem se adequar) às novas condições impostas pelos agentes condutores desse processo, estes sujeitos colocam-se em luta, reivindicando direitos e formas democráticas de acesso às políticas públicas, visando assim a garantia da reprodutibilidade de seu modo de vida.

Portanto, proponho aqui entender a política pública como um instrumento do Estado que aplica-se ao planejamento e ordenamento do espaço geográfico. Ela é definida num cenário complexo de disputa política e se condiciona (estruturalmente) ao modo de produção vigente, que, no nosso caso, compreende o sistema capitalista. Neste sentido, a política pública funcionará como um vetor de auxílio à reprodução do capital e à transformação do espaço de acordo com os paradigmas inerentes ao referido sistema. Ao vincular-se à reprodução capitalista, a política pública se encontrará à disposição daqueles que se adequarem aos padrões de acumulação e de geração da mais-valia, o que contribuirá para a construção de uma série de dificuldades a todos os grupos sociais que não se adaptarem as suas exigências. Entretanto, em algumas situações, esse modelo rígido e inflexível, pode ser rompido por esses grupos que não participam diretamente do processo de acumulação, dando-lhes, assim, a possibilidade de transformação de suas realidades.

Neste sentido, o que pretendi neste capítulo foi contextualizar a pesca artesanal como um fazer cotidiano que, ao realizar suas práticas, produz o espaço. Esta, muitas das vezes, realiza-se no meio urbano, coexistindo com outras atividades que entendem os espaços produzidos pela pesca artesanal como sem valor, como necessariamente descartáveis ou prescindíveis. O Estado surge como o grande gestor desse espaço e as políticas públicas funcionam como uma importante ferramenta de ordenamento do território e de controle da atividade.

Os pescadores artesanais, diante disso, buscam atribuir outros sentidos às políticas propostas pelo Estado, de modo a, através da luta pela efetiva implementação de seus direitos, garantir visibilidade e reconhecimento social a este setor.

3 A PESCA EM NÚMEROS: UM PANORAMA DAS ESCALAS NACIONAL, REGIONAL E ESTADUAL

O que pretendo tratar neste capítulo concerne à relevância do setor pesqueiro enquanto atividade econômica. A pesca compõe uma infinidade de realidades distintas, as quais os números não conseguem reproduzir na sua totalidade. Entretanto, o movimento de compreensão da atividade pesqueira que proponho neste trabalho, que reconhece a perseverança do ser pescador em tempos de modernização e reordenamento do espaço geográfico, não refuta a compreensão da dimensão econômico-produtiva da referida atividade. Neste sentido, buscarei, nas linhas abaixo, por meio da análise de tabelas e da produção de mapas temáticos, realizar uma exposição da atual conjuntura da pesca em diferentes aspectos.

3.1 A pesca na escala nacional

O setor pesqueiro brasileiro comporta atualmente 970.000 pescadores registrados no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), sendo que 957.000 correspondem aos pescadores e pescadoras artesanais (MPA, 2012). Ainda segundo o ministério, o consumo médio de pescado por ano do brasileiro, o consumo *per capita*, gira em torno de 9 kg, ficando abaixo da recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), a qual diz que o consumo ideal representa 12 kg de pescado por habitante/ano.

A FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations – Organização de Agricultura e Alimentos das Nações Unidas) recentemente publicou um estudo no qual revela (dentre outros indicadores) a produção mundial de pescado e o consumo *per capita* por continente. Vejamos na *tabela 1* as informações às quais me refiro:

Tabela 1 - Produtividade do setor pesqueiro e aquícola e consumo <i>per capita</i> de pescado por continente – 2009		
	<i>Produtividade total de pescado (milhões/ton.)</i>	<i>Consumo (kg/ano)</i>
África	9,1	9,1
América do Norte	8,2	24,1
América Latina e Caribe	5,7	9,9
Ásia	85,4	20,7
Europa	16,2	22,0
Oceania	0,9	24,6
Total mundial	125,6	18,4

Fonte: O estado mundial da pesca e da aquicultura. Departamento de Pesca e Aquicultura; FAO, 2012.

Segundo a tabela 1, o continente asiático se destaca em termos de produtividade (85,4 milhões/ton.) e possui na produção chinesa a maior parcela desse índice. Ainda no que se refere a este mesmo estudo, veremos que a China produziu no ano de 2009 algo em torno de 39 milhões/ton., sendo que o Brasil, no mesmo ano, obteve uma produtividade de pouco mais de 1,2 milhões/ton. (MPA, 2010). Apesar dessa disparidade, boa parte do pescado produzido no Brasil é proveniente da pesca artesanal (cerca de 45%, segundo estimativas do ministério) o que nos revela a sua representatividade em termos de trabalho e produção.

Tabela 2 - Produção brasileira de pescado - 2003 a 2009		
	2003	2009
Pesca Marinha	484.592,5	585.671,5
Pesca Continental	227.551	239.492,6
Total Pesca	712.143,5	825.164,1
Piscicultura	177.125,5	337.353
Carcinicultura	90.196,5	65.189
Aquicultura (outros)	11.433	13.107,4
Total Aquicultura	278.128,5	415.649
Total Geral	990.272	1.240.813,1

Fonte: Produção Pesqueira e Aquícola: estatística 2008 e 2009; MPA, 2010.

Ao analisarmos a *tabela 2*, identificaremos uma expressiva superioridade da atividade pesqueira em relação à aquícola, entretanto, essa diferença vem diminuindo consideravelmente nos últimos anos. Em 2003 a produtividade da aquicultura compreendia 28,1% do total de pescado produzido no Brasil e a pesca 71,9%. Em 2009, veremos que a parcela de contribuição da atividade aquícola para o total de pescado produzido em águas brasileiras aumenta para 33,5%, enquanto a produtividade oriunda da pesca cai para 66,5%. Estes números nos ajudam a refletir a atuação do Estado no sentido de promover uma reestruturação da produção de pescado nacional.

A promoção da aquicultura em detrimento da pesca extrativa se dá em conformidade com a lógica mundial na busca pela elevada produtividade de pescado. Isso fica evidente quando aprofundamos a análise sobre a produção chinesa de pescado e nos deparamos com uma estrutura produtiva voltada exclusivamente para a aquicultura (*ver tabela 3*), enquanto a pesca extrativa pouco contribui para o total de pescado produzido.

	<i>Produção (ton.)</i>	<i>Parcela de contribuição para a produção (%)</i>
Pesca	2.289.343	5,8
Aquicultura	36.734.215	94,2
Total	39.023.558	100

Fonte: O estado mundial da pesca e da aquicultura. Departamento de Pesca e Aquicultura; FAO, 2012.

O Brasil, ao apontar para essa lógica, busca incentivar o setor aquícola principalmente por meio de programas e projetos que visam alavancar a produção de pescado, induzindo os pescadores a transformar a sua produção em aquicultura. Avaliando, por exemplo, o Plano Safra da Pesca e Aquicultura, veremos no site do MPA a seguinte informação: “os recursos podem ser aplicados na conservação e aquisição de embarcações e equipamentos; beneficiamento ou industrialização; e incremento da produção. Se você é pescador artesanal, tem a chance de aumentar sua renda, tornando-se aquicultor. Se for agricultor familiar, pode aproveitar estruturas de irrigação para produção de pescado. E para você, que é formado em pesca e aquicultura, está disponível uma linha de financiamento para iniciar empreendimentos.”⁷. Essa estratégia restringe a visão da atividade pesqueira como apenas uma atividade econômica. Elevar a produtividade do setor é uma das condicionantes não somente para aumentar o consumo de peixe do povo brasileiro, mas, sobretudo, para colocar o país (que possui um enorme potencial produtivo, devido ao seu extenso litoral) em condições de competir no mercado internacional da pesca.

3.2 A pesca na escala regional e estadual

Quando atemos nossa análise somente ao território brasileiro, verificaremos que algumas regiões administrativas possuem uma maior produtividade de pescado do que outras. Vejamos, com o auxílio de algumas ferramentas de análise, como isto se dá.

Analisando o *mapa 1* e a *tabela 4*, veremos que o pescado possui uma elevada produtividade na Região Nordeste. A vasta extensão do litoral da região é um importante fator para esses números expressivos. Em relação à aquicultura, a mesma possui uma elevada capacidade produtiva correspondendo a 31,7% do total de pescado produzido. Logo em seguida encontramos a Região Sul. Sobre esta região podemos

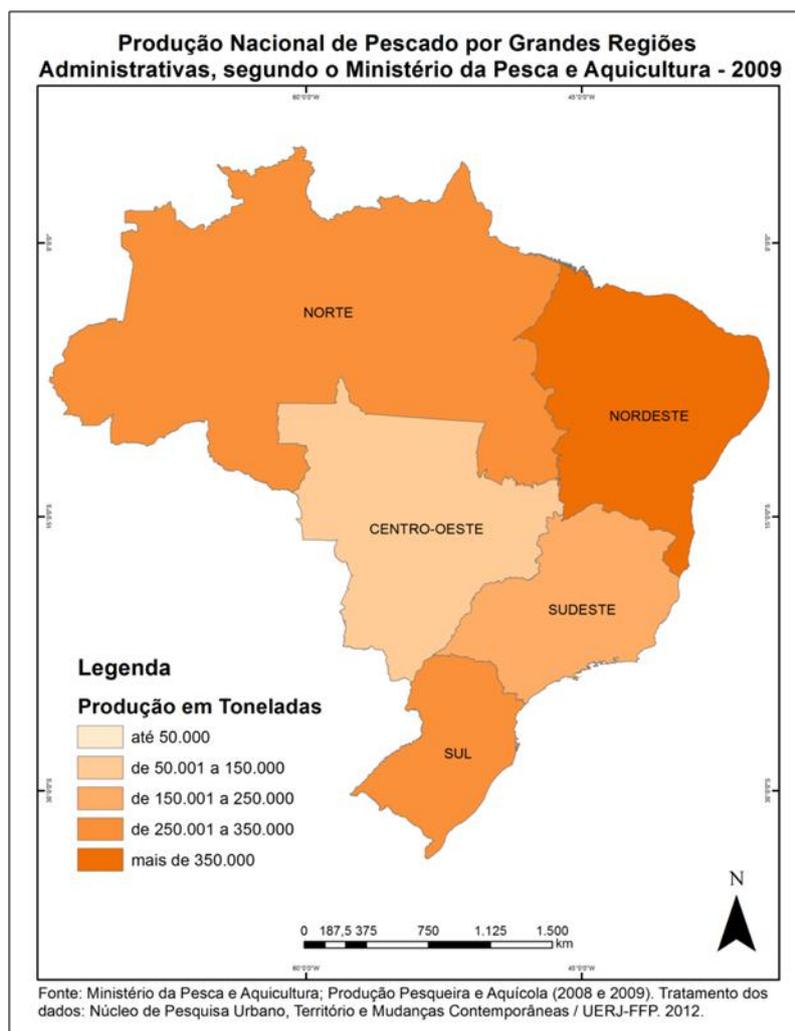
⁷ Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/safra/>>, acessado em 15/04/2013.

afirmar que sua produção provém da pesca realizada no litoral e da aquicultura promovida no continente (produtividade de 57,3% e 36,3% respectivamente, em relação ao total produzido pela região). Em contrapartida, os números da pesca continental (praticada nos rios) e da aquicultura marinha (realizada no litoral) são pouco expressivos. Posteriormente encontramos a Região Norte, a qual configura um equilíbrio no que se refere a origem do pescado, pois tanto na pesca continental, quanto na marinha a sua produtividade é elevada. A produtividade da aquicultura (oriunda, principalmente, de sua matriz continental) nesta região compreende apenas 13,6% produção total de pescado.

Tabela 4 - Produção Nacional de Pescado por Unidade da Federação (t) - 2009							
<i>Regiões e Unidades da Federação</i>	Pesca Extrativa			Aquicultura			TOTAL GERAL
	Marinha	Continental	Total	Marinha	Continental	Total	
NORTE	97.095,0	130.691,0	227.786,0	246,1	35.782,3	36.028,4	263.814,40
Acre	0,0	1.568,3	1.568,3	0,0	3.536,2	3.536,2	5.104,5
Amapá	6.869,0	10.391,9	17.260,9	0,0	652,7	652,7	17.913,6
Amazonas	0,0	71.109,9	71.109,9	0,0	10.234,7	10.234,7	81.344,6
Pará	90.225,9	42.082,5	132.308,4	246,1	3.673,9	3.920,0	136.228,4
Rondônia	0,0	3.603,4	3.603,4	0,0	8.178,1	8.178,1	11.781,5
Roraima	0,0	396,6	396,6	0,0	3.502,5	3.502,5	3.899,1
Tocantins	0,0	1.538,4	1.538,4	0,0	6.004,1	6.004,1	7.542,5
NORDESTE	210.965,9	69.994,8	280.960,7	62.859,1	67.643,3	130.502,40	411.463,1
Alagoas	8.815,8	416,4	9.232,2	192,4	7.876,0	8.068,4	17.300,6
Bahia	81.884,0	17.687,0	99.571,0	6.023,1	14.007,7	20.030,8	119.601,8
Ceará	23.345,0	11.549,4	34.894,4	20.515,8	32.812,3	53.328,1	88.222,5
Maranhão	40.561,4	28.152,4	68.713,8	251,8	1.397,8	1.649,6	70.363,4
Paraíba	8.809,2	1.813,5	10.622,7	1.461,4	1.111,0	2.572,4	13.195,1
Pernambuco	14.722,6	3.348,9	18.071,5	3.518,0	1.887,6	5.405,6	23.477,1
Piauí	2.959,7	1.783,0	4.742,7	1.639,8	3.508,1	5.147,9	9.890,6
Rio Grande do Norte	24.395,6	4.236,6	28.632,2	26.478,1	1.085,7	27.563,8	56.196,0
Sergipe	5.472,7	1.007,7	6.480,4	2.778,7	3.957,1	6.735,8	13.216,2
SUDESTE	96.364,2	21.265,3	117.629,5	780,1	58.839,0	59.619,1	177.248,7
Espírito Santo	12.843,0	831,6	13.674,6	611,0	5.630,2	6.241,2	19.915,8
Minas Gerais	0,0	8.874,8	8.874,8	0,0	9.934,3	9.934,3	18.809,1
Rio de Janeiro	55.960,1	1.064,1	57.024,2	26,2	4.771,4	4.797,6	61.821,8
São Paulo	27.561,1	10.494,9	38.056,0	149,9	38.503,1	38.653,0	76.709,0
SUL	181.246,4	5.516,2	186.762,6	14.411,0	115.083,5	129.494,5	316.257,1
Paraná	5.973,0	1.822,6	7.795,6	1.101,4	30.878,8	31.980,2	39.775,8
Rio Grande do Sul	18.267,4	3.154,5	21.421,9	21,3	47.532,7	47.554,0	68.975,9
Santa Catarina	157.005,9	539,0	157.544,9	13.288,3	36.672,1	49.960,4	207.505,3
CENTRO-OESTE	0,0	12.025,3	12.025,3	0,0	60.004,9	60.004,9	72.030,2
Distrito Federal	0,0	282,2	282,2	0,0	1.025,9	1.025,9	1.308,1
Goiás	0,0	1.332,2	1.332,2	0,0	15.964,3	15.964,3	17.296,5
Mato Grosso	0,0	5.560,0	5.560,0	0,0	30.510,8	30.510,8	36.070,8
Mato Grosso do Sul	0,0	4.850,9	4.850,9	0,0	12.504,0	12.504,0	17.354,9
BRASIL	585.671,5	239.492,6	825.164,1	78.296,3	337.353,0	415.649,3	1.240.813,0

Fonte: Produção Pesqueira e Aquícola: estatística 2008 e 2009; MPA, 2010. Tratamento dos dados: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas / UERJ-FFP, 2012.

Mapa 1 - Produção Nacional de Pescado por Grandes Regiões Administrativas



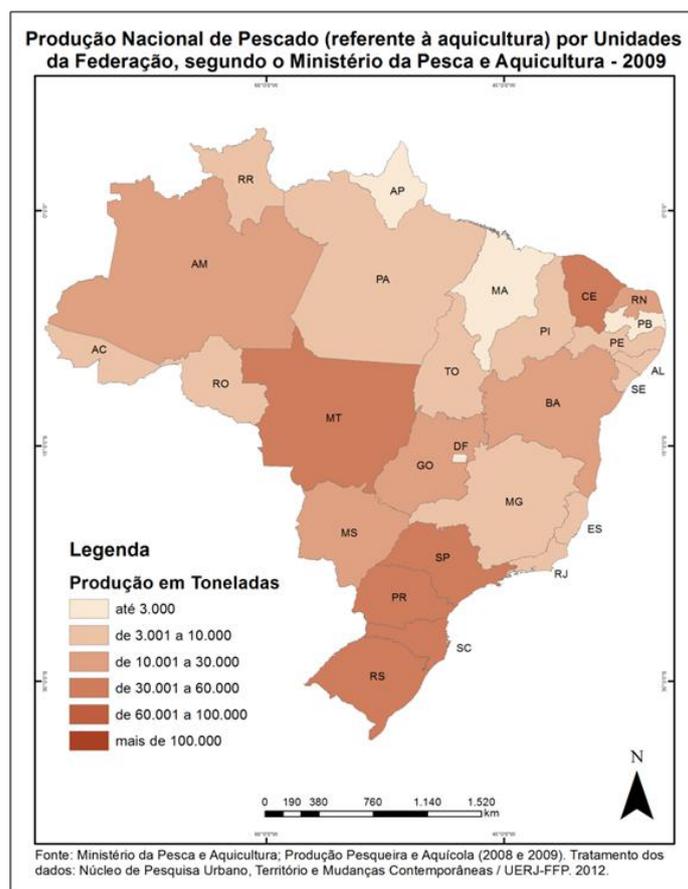
Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas / UERJ-FFP, 2012.

A seguir veremos a Região Sudeste. Esta possui no litoral a sua grande fonte de extração dos recursos pesqueiros, sejam provindos da pesca, sejam oriundos da aquicultura. A pesca em rios, ou seja, no continente, é também realizada, mas a produtividade desta em relação ao total produzido pela pesca marinha corresponde a pouco mais de 22% e, 36,1% em relação ao produzido pela aquicultura continental. Por fim chegamos a Região Centro-Oeste, a qual por razões óbvias não pratica a pesca marítima. Sua produtividade provém em suma da aquicultura (haja vista que a produção da pesca continental da região é ínfima), a qual corresponde a 17,8% do total produzido pela aquicultura brasileira e se destaca sendo a 3ª maior produção nacional proveniente da referida atividade.

No que tange à produtividade ao nível das Unidades da Federação, verificaremos (de acordo com a *tabela 4*) que as cinco maiores produtoras de pescado são: **1- Santa**

Catarina (207.505,3 t); **2- Pará** (136.228,4 t); **3- Bahia** (119.601,8 t); **4- Ceará** (88.222,5 t); e **5- Amazonas** (81.344,6 t). No que concerne à aquicultura, realizando a análise do *mapa 2*, este quadro se altera consideravelmente, pois somente Ceará e Santa Catarina⁸ (que figuram no rol dos grandes produtores de pescado) se mantêm em destaque na aquicultura. Aqui, junto com estados mencionados anteriormente, encontram-se em destaque como grandes produtores do setor aquícola: Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Entretanto, ao visualizarmos o *mapa 3*, veremos que a pesca extrativa contribui por consolidar boa parte do quadro geral dos produtores de pescado. Dessa forma, o quadro dos maiores produtores da pesca extrativa pouco muda em relação ao panorama geral da produção total de pescado. Sendo assim, os principais estados produtores são: Santa Catarina, Pará, Bahia, Amazonas e Maranhão.

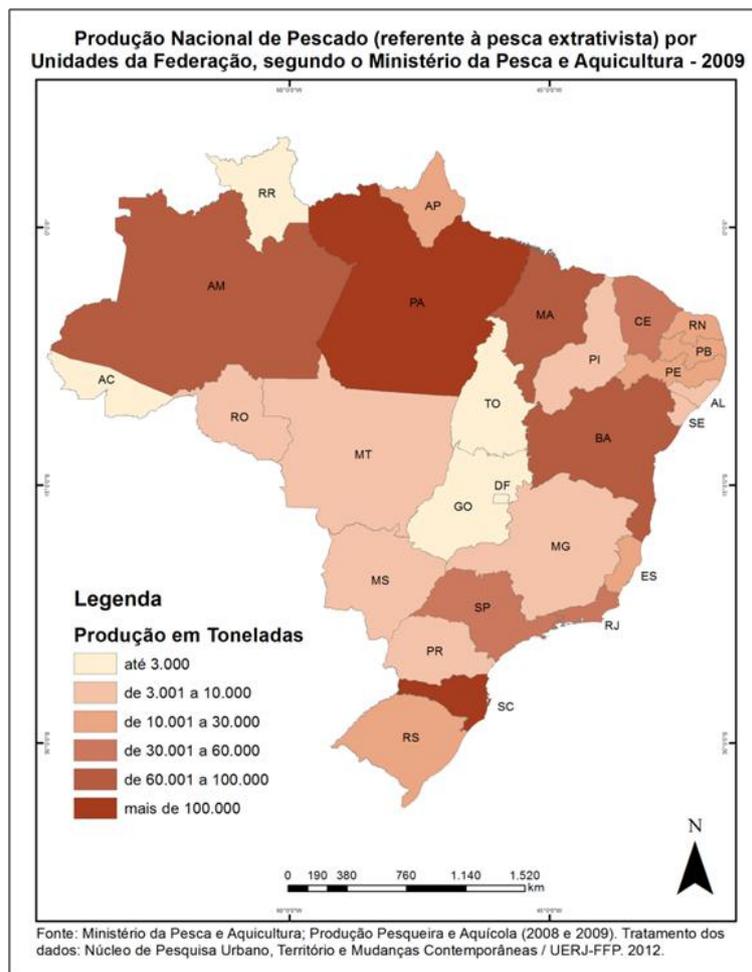
Mapa 2 - Produção Nacional de Pescado (referente à aquicultura) por Unidades da Federação



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas / UERJ-FFP, 2012.

⁸ Ceará é o grande produtor aquícola de nosso país (53.328,1 t), seguido de perto por Santa Catarina (49.960,4 t). Apesar de possuir uma linha de costa e uma dimensão continental limitada se compararmos com outros estados, vemos (a partir desses números) que o Ceará vem investindo na produção de pescado obtido pela aquicultura. Isso nos mostra que o modelo produtivo chinês já é praticado no território brasileiro e vem a cada dia ganhando força a partir das ações deste Estado.

Mapa 2 – Produção Nacional de Pescado (referente à pesca extrativista) por Unidades da Federação



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas / UERJ-FFP, 2012.

O Rio de Janeiro figura como coadjuvante no contexto da produtividade de pescado. Na aquicultura ocupa a modesta 20ª posição, enquanto na pesca extrativista (que, é importante enfatizar, abrange também a pesca artesanal) sua produtividade é mais expressiva, colocando o estado na 6ª posição do ranking nacional. No panorama geral, o Rio de Janeiro ocupa a 9ª posição, ficando atrás (além dos cinco já mencionados) de Maranhão, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Estes números foram obtidos por pesquisas realizadas pelo MPA e que contaram com a participação direta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No entanto, os pescadores artesanais que tiveram a possibilidade de verificar estes dados, contestam-nos veementemente. Eles alegam que boa parte deste material não traduz a verdadeira realidade da pesca em nosso país. Do ponto de vista dos pescadores artesanais entrevistados, essas pesquisas contêm erros graves de metodologia e acabam

mascarando a importância da pesca artesanal tanto em termos de produtividade, quanto em termos de empregabilidade⁹.

O Seminário de Metodologia para o Levantamento da Produção Pesqueira Artesanal, promovido pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais¹⁰ (MPP) e realizado na cidade de Salvador em abril de 2013 serviu como fórum de debate para essas discussões. Nele participaram pescadores artesanais vindos de vários lugares do Brasil, além de alguns representantes de instituições públicas como o IBGE, por exemplo. Estes levantaram questões pertinentes a fim de dar partida a um processo de mudança no que compreende ao entendimento da pesca artesanal brasileira. Um fato interessante deste seminário se deu com a presença de um representante do IBGE numa das mesas de diálogo do evento. Durante sua explanação ele confirmou a afirmação levantada pelos pescadores de que os dados levantados nas pesquisas contêm limitações e, sendo assim, garantiu que a instituição já vem trabalhando para que, em 2014, essas pesquisas se deem de maneira mais eficaz, reproduzindo de fato os números reais sobre a relevância da pesca artesanal para o país.

Em meio a tantas discussões, o que podemos apreender neste momento é que as ações do Estado para a promoção da pesca no Brasil giram em torno da busca por um rápido aumento da produtividade, visando à inserção do país no rol dos grandes produtores de pescado do mundo. As estratégias são definidas a partir dos números obtidos em suas pesquisas (as quais vêm sendo fortemente criticadas por pescadores de todo o Brasil), o que faz com que as políticas públicas para a promoção da referida atividade se apresentem distante das mais variadas realidades encontradas no setor, contribuindo assim, por perpetuar um quadro de precarização, principalmente no que tange à dimensão do trabalho.

⁹Disponível em: <<http://noticiaspeloterritorio.blogspot.com.br/2013/04/validade-da-estatistica-pesqueira.html>>, acessado em 05/05/2013.

¹⁰O MPP foi criado no ano de 2009 a fim de animar os trabalhadores da pesca artesanal na busca pelos seus direitos. Dentre as diversas frentes de mobilização da categoria merece destaque a campanha pela regularização dos territórios das comunidades pesqueiras, a qual busca mais de 1 milhão de assinaturas para formalizar uma proposta de um projeto de lei (via iniciativa popular) que garanta a permanência das comunidades pesqueiras em seus lugares de origem. Estes, por sua vez, se tornam, a cada novo dia, o cerne de um intenso processo de disputa entre os grandes projetos – em suma ligados à atividade industrial e à logística nacionais – e os seus moradores. (VALIDADE da estatística pesqueira realizada pelo governo é questionada. Blogspot do MPP, Salvador, 24 abr. 2013 e MOVIMENTO dos Pescadores e Pescadoras Artesanais lança Campanha pelo Território Tradicional Pesqueiro em Brasília. Comissão Pastoral da Terra [CPT-Nacional], Goiânia, 31 mai. 2012.)

4 O PRONAF EM FOCO

O Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF) nasceu como um meio dos agricultores familiares se fortalecerem enquanto categoria social frente a uma série de adversidades que incidiam sobre a categoria, em especial, a partir da década de 80. Grandes manifestações em busca da melhoria nas condições de produção e de trabalho colocaram estes trabalhadores frente a inúmeros embates contra o Estado, o que culminou na criação, em 1996, do referido programa.

O programa visa atender àqueles que trabalham de maneira extrativista, dentre eles os pescadores artesanais, grupo que vem travando nos últimos anos uma grande quantidade de lutas para conquistar e garantir os seus direitos. Dentro da estrutura do programa este grupo inicialmente era atendido pelo PRONAF Pesca, até que, em 2008, o PRONAF Mais Alimentos veio suprimi-lo, abrangendo assim, a categoria em questão.

Esta política pública vem com promessas de melhoria na qualidade de vida de seus beneficiários e de aumento na produtividade do pescado brasileiro. Entretanto, é necessário caminhar por sua estrutura e averiguar como a política pública se apresenta àqueles que vão ao seu encontro. Assim, ao longo deste capítulo será realizada uma exposição sobre o histórico do referido programa (bem como da sua atual configuração), além da análise dos dados obtidos a partir do seu funcionamento.

4.1 Histórico do PRONAF: o que levou a sua gênese?

Podemos conceber como um dos marcos da história recente da agricultura brasileira a criação de uma política pública que busca proporcionar aos trabalhadores pertencentes à referida atividade o aumento da produtividade, visando ampliar sua participação no mercado.

O PRONAF foi criado em meados da década de 90 e surgiu a partir das pressões que os agricultores familiares impuseram ao Estado por meio das lutas (travadas desde os anos 80) em busca de seu reconhecimento enquanto categoria. A agricultura familiar buscava ser reconhecida como uma importante atividade econômica, pois esta é responsável por criar as condições para a reprodução da força de trabalho brasileira (alimentação da população), contribuindo para a geração de renda e, conseqüentemente, para a produção de riqueza interna, fortalecendo, assim, a economia nacional.

Entretanto, antes do PRONAF de fato existir, a agricultura brasileira sofria diretamente os impactos gerados a partir da ampla concorrência com os produtos provindos dos demais países da América do Sul (em especial dos acordos internacionais costurados pelo Mercado Comum do Sul - MERCOSUL). Devido a esse cenário de crise, intensificado no início dos anos 90, o movimento sindical e os trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (além da Central Única dos Trabalhadores - CUT), promoveram uma série de manifestações no sentido de pressionar o Estado a elaborar ações que fortalecessem e protegessem a agricultura familiar nacional dos produtos agrícolas provindos do exterior (SCHNEIDER, 2004).

Todavia, apenas a forte pressão política que o movimento exercia em relação ao Estado não era suficiente para que o mesmo promovesse alguma ação. Nesse sentido, tornava-se cada vez mais necessário buscar uma precisão teórico-conceitual do que era, de fato, a agricultura familiar, bem como quem eram os seus trabalhadores.

Dessa forma, com a parceria entre a FAO e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foi possível a construção de um conjunto de diretrizes e teorias que deu suporte à formulação de políticas públicas adequadas às diferentes realidades encontradas na agricultura familiar. Com isso, em 1994 foi criada uma linha de crédito que seria o embrião do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Nasce, então, o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), gerido pelo Ministério da Agricultura (atualmente Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA) e que funcionava com recursos provindos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Posteriormente, ao iniciar a preparação de uma nova roupagem em sua concepção, o PROVAP foi totalmente reformulado, dando origem ao PRONAF¹¹ (SCHNEIDER, 2004). Dessa forma, a ação de todos esses agentes elencados anteriormente contribuiu para criar o alicerce necessário à formulação do programa em questão.

Assim, podemos dizer que o PRONAF nasceu com a finalidade de fortalecer os pequenos produtores agrícolas por meio da disponibilização de um sistema de crédito e da promoção de apoio institucional (com estudos sobre a capacidade produtiva e viabilidade das solicitações, por exemplo) para a referida categoria. É importante ressaltar aqui que, no ano de sua criação, o programa contemplava apenas o crédito de

¹¹ Criado em 1996 e institucionalizado por meio do Decreto Presidencial n° 1946 de 28/07/1996 (SCHNEIDER, 2004).

custeio, mas, em sua ampliação (ocorrida a partir de 1997) foi permitida a incorporação das ações nos campos dos investimentos, da promoção de infraestruturas, dentre outras, o que possibilitou uma maior abrangência de sua operacionalização em todo território nacional.

Em 1999 o PRONAF deixou de ser gerido pelo Ministério da Agricultura e foi incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que atualmente o gerencia. Ao longo de toda a sua história o programa contou com a participação de diversas instituições e fundos nacionais (que serão detalhados mais adiante) no que diz respeito ao suporte financeiro que demanda suas ações.

4.2 O funcionamento do PRONAF: compreendendo alguns pontos chave

Como já vimos, o PRONAF tem como principal objetivo estimular a geração de renda entre os pequenos produtores agrícolas. Para que isso ocorra de fato o programa busca a promoção do uso da mão de obra familiar¹² por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários ou não agropecuários realizados em propriedades rurais ou em áreas comunitárias próximas.

No que diz respeito ao grupo de trabalhadores que o PRONAF contempla em seu sistema de crédito, deve-se compreender que deste fazem parte os agricultores e produtores rurais que compõem unidades familiares de produção, os quais, por sua vez, devem comprovar o seu direito de acesso às linhas de crédito por meio da apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Esta consiste numa série de obrigações às quais o futuro beneficiário deverá enquadrar-se. Ei-las¹³:

a) os beneficiários devem explorar uma parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou permissionário de áreas públicas;

b) devem residir no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais;

¹² Em alguns segmentos do PRONAF (os quais serão explicitados mais adiante) admitem a participação de duas pessoas que componham a mesma unidade familiar, sendo possível a solicitação de dois contratos diferentes para cada estabelecimento rural que se enquadre nas exigências do programa (EMATER/RS, 2012).

¹³ Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>, acessado em 01/11/2012

c) não devem possuir, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor, observado o disposto na alínea "g";

d) no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar seja originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, calculada na forma do item 4, observado ainda o disposto na alínea "h";

e) é indispensável ter o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho de terceiros, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter até 2 (dois) empregados permanentes;

f) que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente familiar, calculado na forma definida no item 4, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais;

g) o disposto na alínea "c" não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais;

h) caso a renda bruta anual proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento seja superior a R\$800,00 (oitocentos reais), admite-se, exclusivamente para efeito do cômputo da renda bruta anual utilizada para o cálculo do percentual de que tratam as alíneas "d" e "f" deste item, a exclusão de até R\$10.000,00 (dez mil reais) da renda anual proveniente de atividades desenvolvidas por membros da família fora do estabelecimento.

São beneficiários do Programa de Fortalecimento à Agricultura Familiar os trabalhadores de outras atividades de cunho extrativista, as quais englobam: 1- os pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade de maneira autônoma, com seus próprios meios de produção ou em regime de parceria com outros pescadores também artesanais; 2- os aquicultores que

se dediquem ao cultivo de espécies que tenham na água o seu meio de vida e que explorem área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m³ de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede; 3- os silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; 4- extrativistas que exerçam a atividade de maneira artesanal no meio rural (exceto os garimpeiros e faiscaidores); 5- integrantes de comunidades quilombolas rurais; 6- povos indígenas; 7- demais povos e comunidades tradicionais. Vale ressaltar que estes trabalhadores deverão também preencher os requisitos exigidos na DAP, assim como os demais aqui citados.

Neste sentido, esta política pública disponibiliza aos seus beneficiários um sistema de crédito que pode ser acessado de maneira individual ou coletiva, sendo que, esta última só será possível se o pedido for formalizado por um grupo de produtores e se a proposta possuir realmente uma finalidade coletiva. Os projetos indicados à avaliação do programa, no que se refere aos financiamentos de custeio ou investimento, podem comportar um estudo técnico (elaborado por profissionais especializados) que indique sua necessidade, sua viabilidade e seu tempo de duração. Caso os beneficiários tenham dificuldades em contratar um corpo técnico próprio para realizar tal tarefa, os mesmos poderão requerer a prestação de serviços da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), coordenada pelo MDA e pelo INCRA (SEBRAE/NA, 2012).

Em relação aos créditos disponibilizados pelo programa, estes podem ser destinados para custeio, investimento ou integralização de cotas-partes pelos beneficiários nas cooperativas de produção agropecuária. Os créditos de custeio (que, dependendo da taxa de juros aceitas pelo beneficiário, podem chegar ao valor de até R\$ 80.000,00 para cada projeto solicitado) são propostos para financiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias, de beneficiamento ou de industrialização da produção (seja a própria produção do beneficiário, seja de terceiros, desde que estes se enquadrem no programa), de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento (SEBRAE/NA, 2012).

Os créditos de investimento¹⁴ são disponibilizados para financiar atividades agropecuárias ou não agropecuárias, que se destinem a sua implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, ao seu beneficiamento, à industrialização de

¹⁴ Os créditos de investimento, se demandados individualmente, podem atingir um limite de no máximo R\$ 130.000,00, se demandados coletivamente o crédito disponibilizado pode chegar ao valor de até R\$ 500.000,00.

sua produção, em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas. Os créditos reservados para integralização de cotas-partes são direcionados aos beneficiários do PRONAF que pretendem financiar a capitalização de cooperativas de produção agropecuárias.

No que concerne à questão dos juros inerentes ao crédito, os mesmos irão variar de acordo com cada grupo de contemplados. Assim, sua variação ficará entre 2% e 6% ao ano (de acordo com cada categoria existente no programa) o que incidirá de maneira diferente sobre cada grupo de beneficiários abarcados pela política.

A aquisição de máquinas e equipamentos também é contemplada pelo PRONAF, entretanto, o beneficiário deve respeitar as seguintes exigências: 1- se o equipamento for novo e produzido no Brasil, este deverá constar na relação da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do MDA e na relação de Credenciamento de Fabricantes Informatizado (CFI) do BNDES. Caso não conste em nenhuma dessas relações citadas o equipamento não poderá custar mais de R\$ 5.000,00 ao beneficiário; 2- caso o equipamento seja usado e fabricado no Brasil, o mesmo não poderá ultrapassar a quantia de R\$ 40.000,00, entretanto, este deverá acompanhar o certificado de garantia (emitido por concessionário ou revenda autorizada), podendo ser substituído por laudo de avaliação emitido pelo responsável técnico do projeto, atestando a fabricação nacional, o perfeito funcionamento, seu bom estado de conservação e que sua vida útil estimada é superior ao prazo de reembolso do financiamento.

O programa também possibilita aos seus beneficiários a aquisição de veículos novos, desde que estes respeitem as seguintes exigências: 1- podem ser adquiridos veículos de carga, automotores, elétricos ou de tração animal, adequados às condições rurais, inclusive caminhões, caminhões frigoríficos, isotérmicos ou graneleiros, caminhonetes de carga, reboques ou semirreboques e motocicletas adaptadas à atividade rural; 2- deve ser apresentada comprovação técnica e econômica de sua necessidade, fornecida pelo técnico que elaborou o plano ou projeto de crédito, sempre que o veículo a ser financiado seja automotor ou elétrico; 3- deve ser apresentada comprovação de seu pleno emprego nas atividades agropecuárias e não agropecuárias geradoras de renda do empreendimento, durante, pelo menos, 120 (cento e vinte) dias por ano; 4- não podem ser financiados caminhonetes de passageiros, caminhonetes mistas e jipes.

4.3 Analisando os números do programa

Os recursos utilizados no financiamento do PRONAF provêm de diferentes fontes e, ao longo da história do programa, estes têm sido bastante variados. O aumento gradativo das fontes financiadoras (bem como dos recursos) é fundamental para a difusão do programa pelo país, aumentando, assim, o número de municípios contemplados pelo mesmo. Ao analisarmos a *tabela 5*, verificaremos que algumas fontes de recursos são mais expressivas do que outras, porém, todas são responsáveis por compor a parte financeira do programa. Vejamos, portanto, como isso se apresenta.

Tabela 5 - PRONAF: Valor financiado por fonte de recursos (em R\$ milhões)									
<i>Ano-Safra</i>	<i>BNDES</i>	<i>FAT</i>	<i>FC</i>	<i>Recursos Obrigat.</i>	<i>Poup. Rural</i>	<i>OGU</i>	<i>RPE</i>	<i>Outros</i>	<i>Total</i>
1995/1996	-	140	0,01	167	-	-	-	-	307,01
1996/1997	443	601	3	126	-	-	-	-	1.173
1997/1998	255	1.029	98	210	-	-	-	-	1.593
1998/1999	350	1.166	124	177	-	-	-	-	1.816
1999/2000	197	1.563	271	208	-	0,003	16	-	2.254
2000/2001	271	1.169	216	297	-	246	68	-	2.268
2001/2002	130	1.355	156	155	-	381	95	-	2.272
2002/2003	86	1.615	269	39	-	329	104	-	2.442
2003/2004	174	1.339	652	307	835	1.165	175	-	4.648
2004/2005	111	827	1.343	1.525	0,1	2.178	67	77	6.128,1
2005/2006	123	3.263	2.090	1.859	-	223	93	70	7.721
2006/2007	240	2.647	1.700	3.577	-	406	59	-	8.628
2007/2008	549	1.329	1.663	3.932	1.654	371	0,5	-	9.499,5
2008/2009	844	313	2.007	2.914	4.525	425	431	190	11.648
2009/2010	968	0,7	1.660	1.362	6.761	403	0,3	127	11.282
Total	4.741	18.356,7	12.252,01	16.855	13.775,1	6.127	1.108,8	464	73.679,61
Fonte: Base de Dados do Crédito Pronaf – SAF/MDA; Extraído de: Maia, 2011. (adaptado)									

Se analisarmos a tabela acima veremos que o FAT¹⁵ (Fundo de Amparo ao Trabalhador) é o grande financiador do PRONAF. Desde a criação deste programa até o ano de 2010 o referido fundo foi a principal fonte de recurso em nove dos quinze “Anos-safra” aqui representados. De maneira geral, ele compreende 24,9% do total de recursos envolvidos no programa, ou seja, praticamente ¼ de todo montante levantado no período em questão. Em segundo lugar encontram-se os Recursos Obrigatórios, os quais provêm de transações vinculadas ao crédito rural realizadas por meio de

¹⁵ Suas principais fontes de arrecadação são as contribuições ao PIS (Programa de Integração Social) e PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público). Do total arrecadado pelo FAT 40% deve ser emprestado ao BNDES, onde este pode servir de fonte ao PRONAF caso a diretoria aceite tal proposta. (MAIA, 2011)

instituições financeiras¹⁶. Estes correspondem a 22,9% do total de recursos envolvidos no PRONAF. Em seguida encontram-se a Poupança Rural¹⁷ e os Fundos Constitucionais¹⁸ (FC) com 18,7% e 16,6% de participação respectivamente. Bem abaixo a estes se encontram o Orçamento Geral da União (OGU) com 8,3% de participação e o BNDES, contribuindo com 6,4% desse montante. No que concerne ao valor disponibilizado pelo OGU, vale ressaltar a disputa existente entre os diferentes ministérios federais pela apropriação do mesmo. As solicitações ministeriais são minuciosamente avaliadas pela União, fazendo com que o dinheiro seja repartido conforme os critérios de prioridade estipulados pelo governo. Por fim encontram-se os Recursos Próprios Equalizáveis¹⁹ (RPE) com uma participação de 1,5% e as Outras fontes de recursos (estas se referem ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira [Funcafé] e ao Fundo Nacional de Reforma Agrária [FNRA]) que participam do PRONAF trazendo para o programa 0,7% do total de recursos capitalizados (MAIA, 2011).

Se avaliarmos estes valores considerando os maiores investimentos por “Ano-safra” veremos que os cinco períodos que mais concentraram recursos no programa correspondem a 2008/2009 (R\$ 11.648.000.000), 2009/2010 (R\$ 11.282.000.000), 2007/2008 (R\$ 9.499.500.000), 2006/2007 (R\$ 8.628.000.000) e 2005/2006 (R\$ 7.721.000.000). Estes números apontam para um crescimento (mesmo identificando uma variação negativa entre os dois últimos “Anos-safra”) do PRONAF a partir da segunda metade dos anos 2000. Se relacionarmos os dados desta tabela com os da *tabela 6* veremos que esse crescimento do montante de recursos destinados ao programa acompanha um crescimento do número total de municípios brasileiros que reportaram pedidos de financiamento por parte dos seus produtores rurais. Em contrapartida, neste mesmo período (entre 2005 e 2010) a oscilação do número de contratos assinados no

¹⁶ Este valor corresponde a 10% de um percentual extraído das operações vinculadas ao crédito rural que foram realizadas com pagamento à vista. (MAIA, 2011)

¹⁷ Aqui os recursos destinados ao PRONAF são obtidos a partir de um percentual extraído das transações (em suma investimentos) que os produtores rurais realizam em suas respectivas contas ligadas à Poupança Rural. (MAIA, 2011)

¹⁸ Estes são recursos da arrecadação tributária federal que visam o financiamento de projetos produtivos principalmente relacionados à agroindústria e a agropecuária. (MAIA, 2011)

¹⁹ Estes correspondem aos recursos provindos dos próprios bancos que atendem ao PRONAF. A União arca com os encargos financeiros gerados nas transações realizadas pelo programa (este procedimento é denominado *equalização*). (MAIA, 2011)

PRONAF é bastante significativa, como bem nos mostra a *tabela 7*. Vejamos a seguir como se apresentam as diferenças entre as regiões.

Tabela 6 - Evolução do número de municípios atendidos pelo PRONAF: Brasil 2001/2002-2009/2010 (em números absolutos)	
<i>Ano-agrícola</i>	<i>Número de municípios</i>
2001/2002	4.640
2002/2003	4.868
2003/2004	5.228
2004/2005	5.343
2005/2006	5.363
2006/2007	5.396
2007/2008	5.390
2008/2009	5.400
2009/2010	5.410
Fonte: SAF/MDA, 2011; Extraído de: Oliveira, 2011.	

De acordo com a *tabela 7*, a região Sul se apresenta como a que utilizou a maior fatia (43,3%) dos recursos usados pelo PRONAF durante o período representado. Posteriormente seguem o Sudeste (19,9%), o Nordeste (18,8%), o Norte (10,8%) e o Centro-Oeste (7,2%). No que concerne ao número de contratos, veremos que essa disputa inter-regional está um pouco mais acirrada, pois as regiões Sul e Nordeste são as que possuem o maior número de solicitações do programa, compreendendo 38% e 36,6% respectivamente. Entretanto, se atentarmos para os dados referentes aos montantes utilizados no programa, veremos uma considerável diferença entre as duas regiões, apesar do número de contratos de ambas serem bastante próximos. Isso se explica ao analisarmos os valores solicitados em cada contrato celebrado pelo PRONAF, o que nos permite caracterizar o Sul como a região que mais capitaliza a pequena produção rural. Em seguida, no que concerne ao número de contratos, encontram-se o Sudeste (15,7%), o Norte (6,5%) e o Centro-Oeste (3,2%).

<i>Desempenho do Pronaf</i>	<i>Ano-agrícola</i>	<i>Norte</i>	<i>Nordeste</i>	<i>Sudeste</i>	<i>Sul</i>	<i>Centro-Oeste</i>	<i>Brasil</i>
Montante (em R\$ milhões)	2002/2003	201,1	393,1	389,9	1.205,7	186,7	2.376,5
	2003/2004	549,2	888,0	783,2	1.925,2	344,9	4.490,5
	2004/2005	614,2	1.197,1	1.051,9	2.558,1	381,3	6.131,6
	2005/2006	721,5	1.952,9	1.476,6	2.928,6	532,3	7.611,9
	2006/2007	909,6	2.090,4	1.809,0	3.162,4	585,2	8.556,6
	2007/2008	1.242,6	1.730,3	1.983,4	4.210,2	598,3	9.765,1
	2008/2009	1.166,4	1.732,3	2.384,6	5.651,3	683,9	11.618,3
	2009/2010	1.339,5	1.813,6	2.553,2	5.425,2	850,6	11.982,1
	Total (montante)	6.744,1	11.797,7	12.431,8	27.066,7	4.163,2	62.532,6
Número de contratos	2002/2003	35.145	285.598	118.358	435.009	30.104	904.214
	2003/2004	91.729	545.747	194.640	500.171	57.881	1.390.168
	2004/2005	99.592	562.874	236.569	678.312	57.704	1.635.051
	2005/2006	101.594	809.245	303.940	630.821	67.443	1.913.043
	2006/2007	115.024	709.643	277.424	539.967	61.555	1.703.613
	2007/2008	136.823	562.428	298.403	631.983	64.270	1.693.907
	2008/2009	100.706	453.589	252.096	622.465	48.272	1.427.128
	2009/2010	117.618	569.322	249.188	625.674	49.736	1.611.538
	Total (contratos)	798.231	4.498.446	1.930.618	4.664.402	436.965	12.278.662

Fonte: SAF/MDA, 2011; Extraído de: Oliveira, 2011.

Depois de elucidarmos como se deu a criação, como se apresenta a estrutura e analisamos a expressividade de seus números, podemos afirmar que o PRONAF é uma ferramenta do Estado que visa incrementar a capacidade produtiva dos pequenos produtores rurais. Porém, diversos são os limites que nele se encontram. Vimos aqui que várias são as exigências às quais este pequeno produtor deve se enquadrar, o que faz com que o programa tenha uma abrangência limitada e uma considerável oscilação no número de contratos celebrados em cada “Ano-safra”. Como podemos averiguar na tabela 8, o número de unidades familiares espalhadas por todo Brasil corresponde a mais de 4 milhões e 300 mil estabelecimentos. Desse modo, se cruzarmos os dados da tabela 7 e da tabela 8 (a primeira correspondendo ao “Ano-safra” 2006/2007) veremos que o número de contratos corresponde a 39% do total de estabelecimentos em que o recurso do PRONAF pode ser requisitado.

	<i>Estabelecimentos</i>	<i>Pessoal ocupado</i>
<i>Agricultura Familiar</i>	4.367.902	12.322.225

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. (adaptado)

A baixa adesão dos produtores familiares rurais (e afins) ao PRONAF nos coloca a refletir qual seria o motivo (ou os motivos) que leva(m) os mesmos a optarem por tocar a sua produção com recursos próprios e sem a interferência do Estado. Segundo o Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2006, a grande maioria dos agricultores que realizam o seu trabalho em regime familiar afirmam não precisar de nenhum tipo de financiamento (50,1%) seja ele público ou privado. Em seguida, há o grupo de produtores que teme contrair dívidas (21,8%) e, em terceiro lugar, encontram-se aqueles que apresentaram outros motivos (12,9%). Ainda fazem parte desta estatística os que consideram a burocracia um fator desanimador (8,4%), os que se encontram inadimplentes devido a outros financiamentos (3,2%), aqueles que não possuem garantias de cumprir com o pagamento da dívida (1,9%) e os que não possuem informações a respeito dos programas de financiamento (1,7%). Se cruzarmos os dados da tabela 8 com a tabela 9 veremos que, do total de estabelecimentos ligados à agricultura familiar, 82,1% não se encontram vinculados a nenhum programa de crédito ou plano de investimento, o que nos mostra que a operacionalização destes (sejam de origem do Estado, sejam eles provindos de empresas privadas) ainda é muito incipiente.

Tabela 9 - Estabelecimentos que não obtiveram financiamento, por motivo da não obtenção, segundo a agricultura familiar - Brasil –2006								
Agricultura Familiar	<i>Estabelecimentos que não obtiveram financiamento</i>							
	Total	<i>Motivo da não obtenção</i>						
		Falta de garantia pessoal	Não sabe como conseguir	Burocracia	Falta de pagamento do empréstimo anterior	Medo de contrair dívidas	Não precisou	Outro Motivo
	3.586.365	68.923	56.205	301.242	116.861	783.741	1.796.692	462.701
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. (adaptado)								

No capítulo seguinte analisaremos como que o PRONAF e a atividade pesqueira artesanal se relacionam de fato. Desse modo, será exposto como se deu a construção desta relação, além de elucidar as possibilidades e os limites que a referida política pública coloca àqueles que a veem como uma alternativa de captação de recursos para incrementar sua capacidade produtiva.

5 O PRONAF E A PESCA ARTESANAL

A criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) em 2003 e, posteriormente, em 2009, com a sua transformação no MPA podem ser compreendidos como importantes marcos institucionais na gestão da pesca e da aquicultura no Brasil.

Todavia, as ações que eram inerentes à secretaria e que atualmente se encontram ligadas ao ministério são contestadas por boa parte dos pescadores artesanais que, por exemplo, moram e trabalham na metrópole do Rio de Janeiro. Eles afirmam que possuem um acesso limitado²⁰ aos programas e projetos vinculados ao Estado o que vem provocando a ampliação de um quadro crítico de desmotivação da categoria.

Entretanto, dentre os programas direcionados à pesca artesanal que contam com a participação do MPA, vale ressaltar aqui a importância do PRONAF. Como já foi dito anteriormente, este programa é gerido pelo MDA e conta com recursos provindos de diversas fontes, dentre elas do BNDES e do FAT. Entretanto, a participação do Ministério da Pesca e Aquicultura se dá de maneira direta, pois só consegue acessar o crédito o pescador que se encontra em dia com as documentações emitidas pelo órgão em questão.

A incorporação da pesca artesanal no Programa de Fortalecimento à Agricultura Familiar se deu na safra 2003/2004, criando assim uma nova vertente de atuação, o PRONAF Pesca²¹. A criação dessa modalidade se deu no mesmo ano de criação da SEAP, o que retrata a necessidade que o Estado teve em atender as demandas que os pescadores artesanais impunham em suas manifestações na luta pelos seus direitos, as quais se intensificaram profundamente a partir da primeira metade dos anos 2000.

Nesse sentido, veremos a seguir como o PRONAF Pesca se estruturou ao longo dos anos, no intuito de buscar a consolidação de uma importante ferramenta de atuação de um dos agentes reguladores da pesca brasileira e de seus territórios.

²⁰ Este acesso limitado (segundo os próprios pescadores) se dá a partir do ocultamento das informações que concernem os programas desenvolvidos pelo MPA. A estrutura de organização destas se apresenta via online (no site do ministério) o que faz com que os pescadores tenham (na sua maioria) uma grande dificuldade de encontrá-las e, assim, tomar ciência daquilo que lhes é de direito.

²¹ Juntamente ao PRONAF Pesca foram criados o PRONAF Alimentos (com o objetivo de estimular a produção de cinco tipos de alimentos (arroz, feijão, milho, mandioca e trigo), o PRONAF Agroecologia (com o objetivo de estimular a produção agropecuária que não utiliza produtos químicos e também os produtores que se encontram em processo de mudança para este modelo de produção), o PRONAF Turismo Rural (com o intuito de dar suporte a implantação de atividades turísticas nas propriedades rurais), o PRONAF Semi-Árido, o PRONAF Jovem Rural, o PRONAF Mulher e o PRONAF Máquinas e Equipamentos.

5.1 O PRONAF Pesca e o PRONAF Mais Alimentos

Como já foi dito anteriormente neste trabalho, o programa visa atender os aquicultores e/ou pescadores profissionais que se dediquem à pesca artesanal para fins comerciais, exercendo a atividade de maneira autônoma, com seus próprios meios de produção ou sob contrato de parceria com outros pescadores artesanais.

O PRONAF destinado aos pescadores artesanais busca disponibilizar recursos para o financiamento de: 1- redes e petrechos (desde que se enquadrem nas regras do programa; 2- embarcações; 3- motores para as embarcações; 4- infraestrutura de armazenamento (como freezers, câmaras de gelo, entre outros); 5- veículos e/ou infraestrutura para logística (caminhão, reboques, etc.); 6- infraestrutura para comercialização (tais como balanças, caixas de isopor, barracas de feira, dentre outros).

Para que o pescador artesanal tenha acesso ao crédito disponível pelo PRONAF é necessário também que o mesmo possua as seguintes documentações: 1- carteira de identidade; 2- Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cartão de Inscrição do Contribuinte (CIC); 3- Registro Geral de Pesca (RGP); 4- DAP; 5- contrato de garantia de compra do pescado por uma cooperativa, colônia de pescadores ou empresa de beneficiamento, exceto para famílias com renda bruta anual de até R\$ 2.000,00. Vale lembrar que é necessário que o pescador não esteja com dívida em banco ou com seu nome constando no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

Assim como os demais beneficiários do PRONAF, os pescadores deverão montar/elaborar um projeto técnico ou proposta de financiamento que justifiquem os investimentos desejados pelos mesmos. Dessa forma, será necessária a atuação conjunta dos pescadores com uma equipe técnica (provinda de uma instituição privada ou pública) no sentido de produzirem um material sistematizado com as idéias propostas integralmente pela classe beneficiada.

O programa atende aos pescadores artesanais das seguintes formas: 1- os créditos de custeio podem ser demandados para o financiamento das atividades de produção, tais como para a confecção de redes de pesca, a manutenção de motores e barcos, a compra de apetrechos, aquisição de combustível, entre outros; 2- os créditos de investimento podem ser destinados ao financiamento dos meios de produção e/ou comercialização do pescado, podendo ser aplicado na aquisição de motores, de embarcações, de estruturas de comercialização, veículos terrestres, dentre outros. É importante mencionar aqui que os valores solicitados pelos beneficiários poderão variar

de acordo com sua respectiva classificação de renda familiar (calculada em montante anual) e se seus pedidos se enquadram como demandas individuais ou como demandas coletivas (cooperativas).

O lançamento do PRONAF Mais Alimentos se deu no ano de 2008 com o intuito de financiar projetos de investimentos específicos que se voltam à produção de açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, fruticultura, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte e de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura. Esta vertente suprimiu o PRONAF Pesca em sua estrutura, mas alterou as exigências que os solicitantes têm que cumprir para se tornarem beneficiários do programa.

Atualmente, além dos já citados neste trabalho (como PRONAF Mais Alimentos, o PRONAF Agroecologia, o PRONAF Mulher e o PRONAF Jovem Rural), outras linhas de crédito compõem a estrutura de financiamento do programa como: o PRONAF Agroindústria, que é um “apoio financeiro a investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem ao beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural”; o PRONAF ECO, que consta como um “apoio financeiro a investimento de implantação, utilização e/ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, visando sua recuperação e melhoramento da capacidade produtiva”; e o PRONAF Composição de Dívidas, que consiste numa “linha de crédito para implantação, ampliação ou modernização da estrutura das atividades de produção, dentre outros objetivos, desde que beneficiários sejam maiores de 16 anos e menores de 29 anos e cumpram outros requisitos” (*Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>, acessado em 09/05/2013*).

O que vimos no presente capítulo foi apenas uma exposição de como o PRONAF se apresenta para os pescadores artesanais. Podemos ter como ponto de partida de nossa reflexão sobre a relação entre o programa e a referida categoria o distanciamento entre as duas realidades. O PRONAF, assim como as demais políticas públicas, faz parte da institucionalidade do Estado e, mesmo sendo fruto da luta dos movimentos sociais, sempre irá reproduzir a complexidade inerente à estrutura do Estado. Os pescadores artesanais são homens e mulheres comuns, de hábitos simples e que vivem num movimento diferente dos demais trabalhadores urbanos, num

movimento em que o tempo do lugar (onde moram e trabalham) é responsável por ditar o ritmo do cotidiano vivido pelos mesmos.

Dessa forma, estamos diante de um paradoxo que se justifica na relação existente entre a institucionalidade e as temporalidades locais. O Estado, ao fomentar políticas e programas tendo como objetivo a promoção de benesses à sociedade, faz engendrar no decorrer deste processo toda uma trama burocrática, uma estrutura que funciona para exercer o controle do Estado sobre aqueles que os acessam e também sobre aqueles que poderiam (mas preferem não) acessá-los.

A institucionalidade do PRONAF coloca em xeque a disposição que os pescadores possuem para irem à busca dos recursos. Muitos ainda não possuem sequer sua documentação básica, como o Registro Geral (RG) e Certidão de Nascimento, por exemplo, o que os impede não somente de acessar as políticas públicas destinadas a atividade pesqueira, mas também e, sobretudo, de ir em busca dos direitos comuns a todo cidadão brasileiro, como, por exemplo, o direito ao voto.

No capítulo seguinte acompanharemos a trajetória de um pescador artesanal na busca pelo crédito do PRONAF. A partir de um olhar etnográfico e da utilização de procedimentos metodológicos como entrevistas, serão relatadas as dificuldades e as conquistas que o pescador enfrentará no decorrer deste processo.

6 ACOMPANHANDO TRAJETÓRIAS: UM EXERCÍCIO ETNOGRÁFICO SOBRE OS CAMINHOS DOS PESCADORES EM BUSCA DO ACESSO À POLÍTICA PÚBLICA

6.1 A escolha do método etnográfico

Antes de iniciar o relato sobre minha experiência acompanhando um pescador artesanal em sua trajetória em busca de crédito pelo PRONAF, sinto a necessidade de justificar a escolha do método etnográfico para a realização desta parte da monografia.

No início do processo de preparação deste trabalho minha intenção era de apenas discutir a aplicabilidade dos recursos do programa em algumas localidades pesqueiras da Baía de Guanabara. Sentia a necessidade de desvendar quantos eram os pescadores que haviam experimentado participar do processo de solicitação do crédito e como o recurso obtido conseguiu ser aplicado (se este foi direcionado a compra de alguma embarcação ou se tinha sido empregado para a construção de alguma estrutura de armazenamento de pescado, por exemplo). A partir dessas informações seria possível analisar criticamente a abrangência do programa, suas promessas de geração de renda e a maneira como o próprio incide sobre os pescadores artesanais e sobre o ordenamento do território.

Todavia, alguma coisa me dizia que era necessário não apenas analisar os resultados do PRONAF, mas sim compreendê-lo pela sua estrutura, pelo seu interior. Era necessário entender os caminhos que o pescador teve que percorrer na busca por esse crédito, seus encontros e desencontros, os personagens, os procedimentos, a dimensão institucional do seu fazer.

A etnografia surge como possibilidade metodológica nesse momento de crise do processo de escrita do presente trabalho. Tal possibilidade só se tornou de fato uma realidade por um conjunto de fatores internos e externos a este processo, dentre os quais (além dos relatados acima) identifico como um dos principais as orientações presenciais e as trocas de correspondências que tive com minha orientadora. Estes momentos foram certamente importantes para a escolha dessa metodologia de pesquisa.

A etnografia busca compreender os significados dos fenômenos sociais a partir da observação e descrição das ações dos sujeitos que neles se encontram envolvidos (BASTOS, 2001). Ela consiste em um procedimento metodológico complexo que utiliza diversas ferramentas para fundamentar o seu fazer e obter os seus resultados. Não me cabe aqui discutir todas exaustivamente, mas venho propor uma reflexão sobre

aquelas que mais se fizeram necessárias durante esta pesquisa a fim de elucidar as bases metodológicas que sustentaram essa etapa do trabalho.

Neste sentido, venho primeiramente explicitar a utilização de um procedimento de pesquisa do qual foram extraídas as informações mais importantes da dimensão prática deste estudo, falo aqui do procedimento denominado *trabalho de campo*. Este se fundamentava na minha presença junto ao sujeito da pesquisa (o pescador) nos lugares onde o mesmo necessitava estar para vivenciar as etapas do processo de solicitação do crédito do PRONAF. A existência do trabalho de campo, ou seja, a minha presença nas visitas às instituições vinculadas ao programa ficava condicionada a ciência e ao consentimento do pescador, o que dependia diretamente da construção de laços de confiança entre a sua pessoa e a minha.

Outra ferramenta utilizada pela etnografia que recorri para realizar esta pesquisa foi a construção de um *diário de campo* (MAUSS, 1972). Este foi de suma importância para a documentação dos fatos observados durante o dia de trabalho. Sua preparação acontecia após o trabalho de campo e nele se faziam presentes, de maneira integral, todas as experiências vivenciadas, especialmente, os diálogos e as situações mais importantes. O relato que se encontra nesta monografia é parte desse diário de campo e coube ao presente pesquisador, juntamente com o sujeito dessa pesquisa, selecionar o que poderia e o que não poderia se tornar público²².

Era a partir do trabalho de campo que também se colocava em prática um outro procedimento de trabalho, a qual denomina-se *observação participativa*. É por este procedimento que o pesquisador faz a coleta dos dados de sua pesquisa e para isso é necessário “viver dentro” do contexto de sua análise, ter um período de permanência nos lugares onde seus estudos se dão para que assim se possa compreender os processos e as dinâmicas inerentes ao seu tema de pesquisa, mas também deve-se entender a importância de “estar fora” para racionalizar a experiência vivida e assim poder desenvolver o seu trabalho de maneira plena (CARIA, 2005). Neste tipo de observação o pesquisador vivencia as práticas espaciais cotidianas dos sujeitos de sua pesquisa. Desse modo, ao mesmo tempo em que acompanhava o pescador nas visitas às instituições, ajudava-o de alguma forma (com o aval e pela necessidade do próprio) a

²² Poucas são as coisas que foram retiradas do presente relato e isto só se fez por pedido do pescador que acompanhei durante esse processo. Este procedimento não compromete a integridade e a veracidade desta pesquisa. O que foi selecionado para fazer parte deste trabalho diz respeito a todos os momentos que são relevantes para dar sentido a busca do pescador por esses recursos, enquanto que os elementos que não se encontram aqui mencionados concernem apenas a dimensão da vida privada do sujeito em questão.

refletir sobre as informações que nos eram repassadas. Isso foi de suma importância para a pesquisa, pois foi possível fazer com que a experiência de campo permitisse não só a vivência mas a reflexão sobre a realidade experienciada.

Por fim, vale lembrar que nos momentos em que não pude organizar os trabalhos de campo, foi indispensável à realização de mais um procedimento de pesquisa, que busca a enunciação dos fatos de acordo com as declarações dos sujeitos que os vivenciaram: refiro-me aqui às entrevistas. Esta consiste numa série de intercâmbios discursivos entre alguém que interroga e alguém que responde, sendo assim, uma fonte de obtenção de dados que se faz a partir da subjetividade do sujeito entrevistado (GUBER, 2001). Para conservar a veracidade das informações o pesquisador deve minimizar suas interferências, seja no momento da entrevista, seja no tratamento dos dados obtidos. Desse modo, esta ferramenta é de suma importância nos trabalhos que contenham a etnografia como ferramenta metodológica e, neste sentido, sua utilização no presente estudo também se fez necessária.

Partir de uma experiência etnográfica pode nos ajudar bastante no sentido de compreendermos quais são os limites e as potencialidades da política pública. Este método nos insere também no contexto do cotidiano vivido dos grupos sociais que são abrangidos pela mesma. Isso nos permitirá entender que o fazer político não é unidimensional, mas sim que este fazer é complexo e plural. Este necessita de análises particulares para que seja possível entender as intencionalidades que o compõe.

Como bem salienta Clastres (1982, pág. 16): “[...] quando o espelho não nos devolve a nossa imagem, isso não prova que não haja nada que observar [...]”. A dimensão institucional das políticas públicas faz com que estas sejam concebidas como medidas eficazes de promoção do bem coletivo e que sua aplicabilidade se dá de maneira abrangente, precisa e infalível. O Estado avalia o funcionamento das mesmas como se atendessem às demandas dos grupos sociais envolvidos, como se não houvesse particularidades que contradigam esta avaliação. Entretanto, a heterogeneidade dos grupos sociais que intenciona-se atender a partir de tais ações confronta essas afirmações, colocando-nos a refletir sobre o distanciamento existente entre a política pública e a realidade dos grupos sociais que elas desejam contemplar. Dessa forma, viver esta experiência em seu interior é o que venho propor nas páginas que seguem, a fim de compreender as principais questões que emanam da relação entre Estado e Sociedade.

6.2 Encontros e desencontros de um pescador na busca pelo crédito do PRONAF

Este relato começa na praça XV de Novembro no centro da cidade do Rio de Janeiro, pois foi nesse local que numa manhã de terça-feira encontrei-me com um pescador artesanal para juntos participarmos de uma reunião com o representante da Associação dos Servidores do IBAMA (ASIBAMA), a fim de debatermos a militância ambiental e social que se realiza no dia a dia dos moradores da Ilha da Madeira (Itaguaí/RJ).

Este pescador atende pelo nome de Isac Alves, tem 52 anos e cursou até a 7ª série ginásial (atualmente 8º ano do Ensino Fundamental). Isac é pescador artesanal há 28 anos e antes de se tornar pescador exerceu a profissão de garçom. Essa mudança na profissão aconteceu quando o mesmo foi morar na Pedra de Guaratiba (Rio de Janeiro/RJ) o que provocou um maior contato com a pesca e com o cotidiano de amigos pescadores²³.

Isac logo se apaixonou pela profissão, comprou um pequeno barco e teve como sua primeira especialidade a pesca do camarão, que aos poucos foi sendo alterada de acordo com as mudanças que seu ambiente de trabalho (o meio natural da Baía de Sepetiba) veio sofrendo ao longo do tempo.

Como o próprio me revelou, a pesca era muito farta até o início da década de 90, entretanto, dessa época em diante, a Baía de Sepetiba sofreu profundas transformações decorrentes da instalação de empreendimentos industriais com um elevado nível de impacto (social e ambiental) danoso nas suas margens. Presenciando essas inúmeras transformações (intensificadas a partir dos anos 2000, principalmente após a implantação da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico [TKCSA] na região) Isac buscou, em 2006, sua filiação à Associação dos Pescadores e Aquicultores da Pedra de Guaratiba²⁴ (APAPG). No mesmo ano em que se associou foi convidado a compor uma chapa nas eleições para assumir a diretoria. Venceu. Atualmente Isac

²³ Ele afirmou que na época de sua mudança para a Pedra de Guaratiba, sua principal fonte de renda vinha do exercício da profissão de garçom. O contato diário com seus amigos pescadores fez com que se dedicasse à pesca artesanal, primeiramente, como um lazer. Com o passar do tempo ele começou a se dedicar às duas profissões (pescador e garçom). Entretanto, o extremo cansaço que essa rotina lhe atribuía, levou-o a escolher a pesca artesanal como sua principal atividade de trabalho, pois, como ele mesmo afirmou, proporcionava-lhe uma melhor condição financeira. Sua atividade como garçom foi deixada de lado, para enfim dar início a sua trajetória como pescador.

²⁴ Esta foi fundada no ano de 1992 (ALVES, 2013).

ocupa o cargo de presidente e, ao longo desses anos (como parte da diretoria), realizou inúmeros atos em defesa dos direitos trabalhistas dos pescadores e de proteção ao meio natural local.

Conhecemo-nos num trabalho de campo na Baía de Sepetiba que foi realizado em outubro de 2011. Ao chegarmos com a nossa equipe²⁵ na Ilha da Madeira fomos recepcionados pelo Isac, pois era nossa intenção visualizar as obras de construção do Porto Sudeste (pertencente à LLX, empresa de logística do grupo EBX) e o funcionamento do Porto de Sepetiba (pertencente ao Estado) por um ponto de vista diferente, ou seja, de dentro do mar.

Percorremos grandes distâncias naquela tarde de outubro. Chegamos perto dos empreendimentos citados, visitamos outros, conhecemos algumas belezas naturais, mas acima de tudo, ficamos satisfeitos por termos encontrado em Isac um importante interlocutor para nos auxiliar na análise da conjuntura da pesca na região de Sepetiba.

Mas do que um interlocutor Isac se tornou um amigo, um parceiro, uma referência em fazer do seu trabalho sua paixão e sua razão de existência. Tornou-se próximo de todos no grupo e presença constante em nossas reuniões semanais de pesquisa e nos trabalhos de campo que, costumeiramente, são realizados mensalmente.

Voltando ao relato: passada a reunião com o representante da ASIBAMA, que contou com a presença de outros colegas da pesquisa da UERJ-FFP e do MPP (RJ), decidimos almoçar juntos no centro do Rio de Janeiro, pois tínhamos outros compromissos na cidade no decorrer da tarde.

Depois de uma pequena caminhada pelas ruas do Centro, enfim encontramos um restaurante que agradou a ambos. Sentados, pudemos conversar melhor sobre nossos projetos pessoais e coletivos, sobre coisas da vida. Foi nessa conversa que o Isac me revelou que ele estava bastante adiantado no processo de obtenção do financiamento do PRONAF. Alguns desafios tinham sido ultrapassados, mas outros ainda estavam por vir, contou-me.

Isac disse que ficou sabendo do PRONAF por meio de uma propaganda que tinha visto na televisão. Nela, o ministro da pesca “falava maravilhas sobre o PRONAF”, o que, na época, instigou sua curiosidade. Sendo assim, começou a montar

²⁵ A equipe a qual me refiro acolheu-me como pesquisador ainda no início da graduação (no ano de 2004), mais precisamente um mês após o meu ingresso no curso de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP). O grupo se intitula Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC), é cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e coordenado pela Prof.^a Dr.^a Catia Antonia da Silva.

estratégias e se articular para dar início ao seu percurso em busca pelo financiamento de uma embarcação de grande porte, que respeitasse, porém, os padrões dos barcos utilizados na pesca artesanal. Assim, em novembro de 2012 iniciava-se a caminhada do Isac em busca por esse crédito. Ele afirmou ainda que sua maior motivação foi a realização de um acordo com os pescadores da associação a qual é presidente. Vejamos a seguir como isto se deu.

Durante uma reunião com os integrantes da associação que preside, Isac levantou a possibilidade desse crédito se tornar uma fonte de recurso para os pescadores artesanais da região. Entretanto, prevendo algumas dificuldades no decorrer desse processo, ficou acordado entre eles que a experiência que o Isac passaria na busca pelo crédito seria uma espécie de modelo, a fim de que posteriormente os demais associados (caso quisessem também buscar este financiamento) participem do referido programa. *“Fiquei de bucha nessa história!”*²⁶, revelou Isac.

Feito isso, o próximo passo seria ir em direção à Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ). Nesse órgão Isac foi solicitar uma DAP para dar início ao seu financiamento. Passados aproximadamente 20 dias este documento foi emitido. Logo, era possível dar continuidade ao processo.

No desenrolar do nosso almoço Isac mencionou ainda que foi ao município de Macaé para escolher a embarcação que seria financiada pelo programa. Lá encontrou um barco que se encaixava com a sua proposta de trabalho. A referida embarcação tem 12 metros de comprimento e capacidade de armazenamento (em porão) de 7 toneladas de pescado. Segundo ele, o valor dessa embarcação é de R\$ 100.000,00 e para que consiga cumprir com o pagamento do financiamento será necessário mantê-la trabalhando no Norte fluminense, pois nessa região a produção de pescado é elevadíssima, ao contrário da realidade da Baía de Sepetiba, cuja produtividade pesqueira vem diminuindo em função da presença de empreendimentos industriais que lançam poluentes em suas águas. Consequentemente, Isac teria de se mudar para Macaé o que a seu ver seria muito complicado, pois (segundo o próprio) implicaria profundas mudanças no seu cotidiano, no seu estilo de vida, pois as práticas espaciais que

²⁶ Vale lembrar aqui que esta expressão utilizada pelo pescador acompanhava uma entonação descontraída, de bom humor. Entretanto, Isac sabia que não seria uma simples tarefa a obtenção desse crédito. Os desafios seriam muitos e o processo cansativo por demais. Desse modo, suas intenções partem do princípio de esclarecer os seus companheiros sobre os trajetos que terão de evitar e as escolhas que terão que fazer no decorrer desse processo.

caracterizavam o seu fazer cotidiano na Pedra de Guaratiba seriam completamente diferentes das realizadas no município de Macaé²⁷.

Ao fim do almoço, na saída do restaurante, Isac me contou que uma visita ao MPA estava agendada para o início daquela tarde. Sua intenção na ida à sucursal do ministério era de validar e retirar alguns documentos (em suma, a anuência) da embarcação que será financiada pelo programa. No caminho do restaurante ao ministério ele me contou sobre a grande expectativa que vem criando com a possibilidade de trabalhar numa embarcação própria e de grande porte, o que poderá lhe render uma alta produtividade, gerando para si uma boa renda mensal.

Segundo Isac, Macaé é uma cidade que abriga em seu mar territorial²⁸ e em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE)²⁹ uma grande quantidade de pescado, o que lhe garantiria (na maioria das vezes) boas pescarias.

Chegando ao prédio do MPA (construção antiga e que aparenta necessidade de reformas internas e externas) fomos abordados por um segurança ao qual tivemos que apresentar nossos documentos oficiais de identidade. Após este protocolo de segurança, o mesmo permitiu a nossa entrada, indicando para nós que o local que procurávamos se encontrava no 9º andar. Quando lá chegamos, Isac logo foi reconhecido por um funcionário do ministério e fomos bem recebidos. Ao perguntar se um outro funcionário (o que avaliaria os documentos da embarcação) se encontrava na casa, Isac recebeu

²⁷ Em Guaratiba Isac realiza o seu trabalho (na maioria das vezes) sozinho e com frequência esporádica, já em Macaé (para pagar sua dívida) ele teria de realizar o seu trabalho com mais regularidade, além de ter que introduzir em sua *práxis* o regime de parceria, ou seja, teria que contratar outros pescadores para dividir, consigo, as responsabilidades inerentes ao processo de trabalho.

²⁸ Segundo a Lei do Mar - Lei 8617/93 | Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993, que dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros e dá outras providências, o mar territorial brasileiro compreende uma faixa de doze milhas marítima de largura, medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala, reconhecidas oficialmente no Brasil (art. 1º); A soberania do Brasil estende-se ao mar territorial, ao espaço aéreo sobrejacente, bem como ao seu leito e subsolo (art. 2º); [...]. (Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109270/lei-do-mar-lei-8617-93>>, acessado em 03/04/2013).

²⁹ Segundo a Lei do Mar - Lei 8617/93 | Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993, que dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros e dá outras providências, a Zona Econômica Exclusiva brasileira abrange uma faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial (art. 6º); Na zona econômica exclusiva, o Brasil tem direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não-vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo, e no que se refere a outras atividades com vistas à exploração e ao aproveitamento da zona para fins econômicos (art. 7º); [...]. (Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109270/lei-do-mar-lei-8617-93>>, acessado em 03/04/2013).

resposta negativa acompanhada da justificativa de que o mesmo se encontrava em sua hora de almoço. Logo, tivemos que esperar.

Pegamos algumas cartilhas que tratavam do Plano Safra da Pesca e Aquicultura³⁰ e nos sentamos nas poltronas da sala de espera. Enquanto aguardávamos o funcionário voltar de seu intervalo de almoço, conversamos sobre algumas outras visitas de Isac ao ministério. Tinham-se passados 10 minutos quando apareceu um funcionário do alto escalão do MPA. O mesmo nos cumprimentou de maneira cordial e, ao longo de uma conversa bastante tranquila, nos cedeu importantes informações a respeito das etapas do processo de obtenção do crédito do PRONAF.

Segundo este funcionário, o Banco do Brasil e os demais bancos articuladores do programa não vêm conseguindo realizar o financiamento desse crédito, pois faltam informações aos funcionários sobre os procedimentos que vão desde a abertura do pedido e chegam até as formas de pagamento. Isso vem acontecendo principalmente nos bancos localizados em municípios predominantemente urbanos como no Rio de Janeiro, por exemplo. Nestas cidades, a incidência de processos abertos para o crédito rural (área de concentração do crédito do PRONAF) é muito baixa, o que faz com que os bancos não possuam funcionários treinados nos percursos necessários para a liberação do dinheiro aos seus solicitantes.

Assim que o outro funcionário (motivo da visita do Isac ao MPA naquele dia) retornou de sua hora de almoço, fomos atendidos. Entramos numa sala típica de um ambiente de escritório, com mesas, computadores, arquivos, impressoras, papéis, etc. Além do funcionário que nos recebeu existiam mais dois outros naquela sala e ambos eram subordinados ao primeiro.

Passou-se uma hora desde que recebemos o primeiro atendimento no ministério e, vendo nossa inquietação com a demora, o funcionário nos afirmou que a nossa espera ainda seria um pouco maior. O mesmo ainda atribuiu a lentidão do processo ao pequeno número de funcionários que dispõe o MPA, além de não nos ocultar a tremenda burocracia que envolve esse processo de validação documental. Este não nos deu

³⁰O Plano Safra da Pesca e Aquicultura é um programa do Governo Federal que foi criado para estimular o desenvolvimento do setor por meio de linhas de crédito. Serão disponibilizados mais de R\$ 4 bilhões em crédito e investimentos para fortalecer o setor pesqueiro, tornando-o mais produtivo e competitivo (os empréstimos serão feitos com juros abaixo da cota de mercado e com longos prazos para pagamento). O crédito será concedido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Caixa Econômica Federal além de Cooperativas de crédito. As linhas de crédito serão oferecidas aos pequenos, médios e grandes pescadores e aquicultores, com benefícios exclusivos para os diferentes tipos de produtores (familiares, cooperativas, pescadoras, jovens e/ou marisqueiras). (Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/safra/>>, acessado em 03/04/2013).

precisão de como tudo é realizado de fato, mas nos revelou que o documento desejado pelo Isac já havia passado por diversas instâncias do ministério e que (ainda naquele dia) haveria de passar pelas mãos de outros dois funcionários que se encontravam na casa, a fim de validá-lo para, assim, poder liberá-lo ao Isac.

Infelizmente tive que me ausentar daquele encontro, pois tinha agendado uma reunião na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) naquela tarde. Entretanto, segundo relato do Isac, o documento ficou pronto algumas horas depois e, ao retirá-lo, voltou para a sua casa.

No fim do dia combinamos por telefone de nos encontrar em frente ao prédio do BNDES, pois Isac tinha visto uma informação (obtida através do site do MPA) que o respectivo banco se encontrava no rol de colaboradores do PRONAF junto ao Banco da Amazônia e Banco do Brasil.

No dia seguinte, por volta das onze e meia da manhã, encontrei o Isac e uma amiga nossa em frente ao prédio do BNDES. Chegando à portaria do banco nos dirigimos à atendente e tivemos que apresentar nossos documentos oficiais de identidade para realizarmos um pequeno cadastro de entrada no prédio. Nesse momento conversávamos sobre a dificuldade de se encontrar funcionários (nos bancos cadastrados) que tenham clareza sobre o que é o PRONAF e de como se realizam os procedimentos necessários para a obtenção do crédito.

Entramos finalmente no prédio e subimos até o décimo nono andar (setor de financiamento). Tudo era muito moderno e informatizado (diferentemente do prédio do MPA) além de se parecer com um imenso labirinto de tão grande que era. Fomos instruídos pela segunda atendente a seguirmos em frente, pois seríamos recebidos por uma funcionária do financeiro. Seguimos suas instruções e encontramos a pessoa que a atendente mencionou. Fomos muito bem recebidos no que concerne a atenção e a cordialidade da funcionária para conosco, entretanto, a mesma se mostrou bastante confusa quando explicamos para ela do que se tratava a nossa visita.

A funcionária do BNDES não sabia o que era o PRONAF, assim, tivemos que explicá-la do que se tratava o programa. A representante do banco fez também algumas consultas rápidas na internet para entender melhor essa relação do BNDES com o PRONAF, mas não conseguiu muitas informações precisas. Percebi em alguns momentos que ela se encontrava constrangida por não saber o que fazer em relação a nossa demanda.

De repente, ela encontrou uma notícia no site do banco, afirmando que o BNDES havia formalizado um acordo com o MDA, repassando a este último uma quantia milionária a fim de que fosse utilizada para o PRONAF. Com essa informação deduzimos que o BNDES era apenas um financiador do programa e não um articulador de financiamento, ou seja, não é por meio dele que o pescador artesanal se torna um beneficiário do programa, mas sim por outros bancos, como o Banco do Brasil, por exemplo.

Despedimo-nos da funcionária (que lamentou não ter nos ajudado com informações mais precisas) e seguimos para a entrada do prédio. Perguntei ao Isac sobre o que ele pensava a respeito do acontecido e ele me disse que não ficava surpreso com o ocorrido e que se conformava em ter que procurar algum outro banco em que fosse possível dar seguimento ao processo. Almoçamos todos e nos despedimos, pois tínhamos compromissos diferentes naquele dia.

Dias se passaram até conseguir um novo contato com o Isac³¹, o qual foi realizado via telefone. Durante essa conversa, ele me revelou que havia procurado o Banco do Brasil no centro da cidade do Rio de Janeiro para discutir a etapa do financiamento e, assim, dar seguimento ao processo. Entretanto, ele acabou esbarrando na dificuldade que o gerente do banco tinha para manejar os procedimentos inerentes ao financiamento do PRONAF. Assim sendo, Isac saiu da agência sem uma resposta positiva em relação ao avanço do seu processo. Entretanto, isso tudo lhe serviu para gerar em si uma certeza, a de que não seria possível acessar o crédito do PRONAF recorrendo às instituições financeiras localizadas na metrópole tendo, por conseguinte, que realizar todo esse processo em uma outra região, numa região que estivesse acostumada com a procura pelo referido programa, uma região fora do coração da metrópole fluminense. Dessa forma, ele decidiu realizar as demais etapas do processo de financiamento em Macaé. Antes de nos despedirmos combinamos de nos encontrar uma semana depois, no campus da UERJ-FFFP (meu local de trabalho).

A reunião combinada acima não aconteceu de fato, pois Isac teve alguns contratempos de trabalho o que o impossibilitou de estar presente no local combinado. Contudo, via telefone novamente, ele me afirmou que tinha ido a uma agência do Banco do Brasil em Macaé e que tinha conhecido um gerente altamente capacitado para lidar com questões referentes ao PRONAF. Neste encontro o gerente lhe aconselhou a

³¹ Por vezes era difícil conseguir contatar o Isac, pois o mesmo se encontrava em suas pescarias, ou seja, em intensa jornada de trabalho.

procurar a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) da região para que fosse emitida uma outra DAP, pois não é possível solicitar o financiamento do programa em Macaé se o referido documento foi emitido em outro município (no caso do Isac, sua primeira DAP foi emitida pela FIPERJ, que se encontra em Niterói).

Neste telefonema, Isac também mencionou que já havia procurado a EMATER de Macaé e que lá tinha sido bem recebido pelo funcionário responsável pelo programa. O mesmo esclareceu todas as suas dúvidas, apontando todos os procedimentos que ele, Isac, deveria realizar dali em diante. A clareza com que esse funcionário da EMATER passou as informações o deixou mais tranquilo e confiante para dar os próximos passos na busca pelo financiamento. Antes terminar nossa conversa, combinei com ele uma entrevista filmada na Pedra de Guaratiba, pois estaria realizando um trabalho de campo pela localidade. No fim das atividades de campo teríamos um tempo para conversar um pouco, fazendo um resumo de tudo o que aconteceu desde o início desse processo de busca pelo crédito do PRONAF. Isac topou o encontro, assim como o registro da atividade.

Chegado o dia da entrevista, a mesma se realizou com a presença de alguns colegas de trabalho. Nela busquei fazer com que o Isac relatasse os detalhes das principais etapas do processo em questão. As perguntas eram simples e abrangentes a fim de criar uma atmosfera tranquila que deixasse o entrevistado confortável para falar.

A entrevista evidenciou a indignação do Isac com a burocracia e com os pontos de ineficiência existentes ao longo de todo o processo. A afirmação (feita pelo funcionário do MPA no dia em que lá estivemos) sobre o não financiamento dos pedidos vinculados ao PRONAF por parte dos bancos localizados na área metropolitana fluminense é um bom exemplo que comprova a existência de falhas na estrutura financeira do programa. A baixa incidência de procura pelo PRONAF não pode ser justificativa para os funcionários desses bancos não estarem aptos a atenderem as demandas dos solicitantes. O fato dos gerentes desconhecerem completamente a própria existência do PRONAF acaba sendo um grande obstáculo, o qual impossibilita a inserção dos pescadores artesanais nesta política pública, afirma Isac (ALVES, 2013).

Ele nos revelou também que a dificuldade não parte somente das instituições financeiras ligadas ao programa, mas atinge também as instituições reguladoras de todo o processo. Isso fica claro quando Isac relata a sua ida à FIPERJ, em Niterói. Quando lá chegou para obter informações sobre o programa, o mesmo não recebeu informações claras o suficiente dos funcionários do local. Porém, mesmo com algumas dificuldades,

estes conseguiram dar entrada no pedido de emissão da DAP. Sendo assim, o mesmo afirma:

Essa política pública do PRONAF tem um erro muito grave, que os funcionários que vão fazer o meu atendimento não estão preparados, a maioria não está preparada pra isso. Aqui no Rio a dificuldade é muito grande, não de você ter acesso a essa política pública, a maior dificuldade é ter acesso a um funcionário de um órgão público [...] a maior dificuldade é você encontrar um funcionário que esteja em condições de te dar as informações que você precisa e esclarecer aquelas dúvidas que são fundamentais nesse processo, né. Eles criaram a política pública, é muito boa, realmente é dessa forma, vai vir pra melhorar nossa renda, mas não preparam os funcionários. E a maior dificuldade é essa! (ALVES, 2013).

Mais do que dar detalhes em relação aos episódios já relatados, Isac nos revelou nesta entrevista um fato novo. Na época das suas idas e vindas às instituições ligadas ao PRONAF, tanto na busca pela DAP, quanto em relação ao dinheiro do financiamento, Isac descobriu que um funcionário da EMATER do Rio de Janeiro promoveria uma reunião na colônia de pescadores da Pedra de Guaratiba (Colônia Z-14). A pauta que foi tratada naquele dia continha justamente o PRONAF e suas implicações. Porém, no decorrer da reunião, o funcionário da EMATER afirmou, de maneira arbitrária, que não concederia a DAP a nenhum pescador ali presente e, sem muitas explicações, encerrou a reunião³². A respeito desse episódio, Isac argumentou:

[...] se ele não vai emitir a DAP pro pescador que tá precisando, como é que o pescador vai fazer?! Eu ainda tive condições de ir a Macaé! Mas e o pescador que não tem condições?! Ele vai ficar sem essa política pública, simplesmente pelo fato que um funcionário, que deveria ser o que vai emitir essa DAP, simplesmente falou que não vai dar a DAP pra ninguém?! (ALVES, 2013).

³² Um traço interessante que se encontra intrínseco ao modo de vida das comunidades pesqueiras está presente neste trecho do relato do Isac. O fato de dizer que descobriu a informação que confirmava a existência de uma reunião entre os associados da Colônia Z-14 e o representante da EMATER, nos revela a dinamicidade que as informações circulam nestes lugares, mesmo encontrando diversas barreiras para sua propagação. As divergências (que se justificam na luta pela legitimidade de representar institucionalmente os trabalhadores da pesca) que acompanham há anos a relação entre Colônias e Associações faz com que as informações pertinentes aos associados de um, não se propaguem na direção dos associados do outro. Assim, tudo o que a Colônia promove (suas ações) diz respeito a seus associados e tudo o que as Associações promovem tomam a mesma dinâmica. Entretanto, ambos associados possuem autonomia para buscar informações nas duas instituições, todavia, dificilmente serão atendidos pela representatividade a qual não está vinculado. Desse modo, podemos presumir que isto de fato aconteceu nesta reunião (organizada pela Colônia) com a EMATER. Já que Isac não faz parte do quadro de associados da Z-14, o mesmo não seria “bem-vindo” a essa reunião e, além disso, não se encontraria entre aqueles que estariam “aptos” a fazerem o pedido de emissão da DAP. Ao fim dessa nossa entrevista Isac disse que saiu daquela reunião com a sensação de que os associados da Colônia Z-14 receberam (posteriormente) informações mais detalhadas e precisas a respeito do PRONAF, enquanto que os pescadores que não fazem parte da Colônia não conseguiram obter a referida informação.

Após partilhar esse ocorrido, Isac fez questão de nos revelar que na EMATER de Macaé sua política de atuação se dá de maneira completamente diferente em relação a do Rio de Janeiro. Em Macaé, a EMATER possui uma excelente estrutura e atende a todos de maneira clara, buscando a resolução das demandas daqueles que procuram a instituição para alguma coisa. Ele ainda disse que os funcionários que trabalham nesta sucursal são pessoas imparciais e, dessa forma, prevê uma melhor dinâmica no andamento do seu pedido de financiamento (ALVES, 2013). E foi nesse ambiente de transparência que surgiu uma nova informação.

Segundo Isac, o técnico do EMATER disse (confirmando a afirmação do gerente do Banco de Brasil local) que para dar início a emissão de uma DAP em Macaé seria preciso ele ir à FIPERJ (em Niterói) e cancelar a DAP emitida por eles. Sabendo disso, ao retornar ao Rio de Janeiro, o mesmo visitou a referida instituição e entrou com o pedido de cancelamento da DAP, o qual demorou vinte dias para ser finalizado. Feito isto, Isac começou a se organizar para voltar a Macaé no intuito de conseguir novamente esse documento (ALVES, 2013).

Logo em seguida terminamos a nossa entrevista e combinamos de irmos juntos a Macaé, pois revelei a ele que gostaria de acompanhá-lo de perto nessa etapa do processo. Isac topou e agendamos a nossa viagem para a semana seguinte a presente data. Todavia, uma série de contratemplos impediu que essa viagem acontecesse de fato.

Em novo contato telefônico Isac disse que a sua desmotivação, no que se refere à sua mudança para Macaé, era grande, pois isto lhe implicaria uma profunda transformação do seu modo de vida, da sua maneira de encarar o fazer cotidiano do seu trabalho. Isac afirmou que se sentia um pouco inseguro quanto à sua mudança, pois a mesma se justificaria unicamente para saldar uma dívida criada a partir do seu trabalho.

Desse modo, o trabalho deixava de ser algo prazeroso e independente para se tornar uma obrigação incondicional, um fazer penoso que o colocaria numa condição de subordinação (mesmo que por um tempo determinado) à figura do Estado. Esta subordinação se concretizaria na dívida contraída a partir do financiamento, tornando-a assim, a grande razão do seu trabalho.

Algumas semanas após a nossa última conversa, entrei novamente em contato com o Isac e ele me convidou para acompanhá-lo a uma visita ao MPA, no mesmo local onde estivemos no início deste relato. Ele afirmou que esta visita se fazia extremamente necessária devido os últimos acontecimentos. Entretanto, não quis perguntar o motivo

da mesma e o que fiz foi apenas combinar com ele um ponto de encontro e um horário em comum.

Assim que nos encontramos, logo botamos os assuntos em dia e, assim, descobri o motivo de nossa ida ao MPA no presente dia. Isac afirmou que uma funcionária do ministério havia telefonado para ele dias antes perguntando se havia conseguido ser contemplado pelo PRONAF. Quando começou a contar sua história, a funcionária o interrompeu com a justificativa que tinha de resolver uma urgência que aparecera naquele momento e retornaria a ligação num outro dia.

Dias se passaram e ela não fez um novo contato com o Isac, fazendo crescer em si uma grande curiosidade em torno daquele telefonema. Desse modo, estávamos indo ao MPA a fim de descobrir o que de fato levou a funcionária a entrar em contato com o Isac naquele dia.

Depois de uma longa e descontraída caminhada, enfim chegamos a sede do MPA. Desta vez passamos pela segurança de maneira bem menos protocolar (pois o responsável se encontrava ocupado no momento e já conhecia o Isac) e seguimos direto ao 9º andar. Lá chegando, logo encontramos a funcionária que havia telefonado para o Isac e fomos rapidamente atendidos. Ela justificou o telefonema pela necessidade que o ministério tem de conseguir um retorno, daqueles que solicitam o programa, sobre o andamento de cada pedido de financiamento. A necessidade dessa informação fez com que a funcionária (durante aquela semana) telefonasse para todos os pescadores que entraram com o pedido de financiamento do PRONAF.

Ao saber o motivo da ligação, Isac prontamente contou todo o processo que vem vivendo na busca por este crédito. Ao fim do seu relato a funcionária afirmou que ele não deve buscar o financiamento em Macaé, por mais que o município apresente uma boa estrutura para tal. Ela disse que é necessário que o Isac faça todos os procedimentos no município em que reside (ou em municípios próximos), caso contrário isso pode gerar complicações em torno das comprovações documentais que necessita fazer para acessar o crédito.

Ela afirmou que o problema da falta de informação, principalmente, dos funcionários dos bancos vem sendo trabalhada constantemente no regimento interno das instituições financeiras e que já é possível conseguir o financiamento no município do Rio de Janeiro. Ela reforçou ainda a necessidade de ir ao banco somente quando todos os documentos exigidos estiverem em mãos, caso contrário o solicitante corre o risco de ser atendido de maneira indevida ou poderá receber alguma informação equivocada.

Após essas explicações, Isac agradeceu a atenção da funcionária e assim nos despedimos.

Saindo do ministério Isac revelou que aquela senhora o ajudou muito a mudar sua opinião no que se refere ao município onde solicitaria o financiamento do PRONAF. Ele se animou bastante com a possibilidade de não ter que mudar de endereço, muito menos de ter que transformar a dinâmica do seu fazer cotidiano, de ter que alterar a maneira que compreende e realiza o seu processo de trabalho. Logo em seguida nos despedimos, mas antes combinamos de irmos juntos à FIPERJ³³ para entrar com o pedido de emissão de uma nova DAP.

Passados alguns dias, entrei em contato com o Isac, via telefone, para tratarmos dos detalhes dessa nossa visita a FIPERJ. Durante esta conversa ele revelou que a nossa última ida ao MPA não possuía nenhuma ligação com o que estava prestes a me falar e que este assunto era fruto de uma reflexão do próprio em torno do seu projeto de vida. Ele me disse que há um bom tempo vinha pensando em desistir de comprar a embarcação em Macaé e um dos principais motivos para sua mudança de pensamento, era o alto valor da dívida que iria contrair.

Isac afirmou que tinha receio de não conseguir cumprir com os compromissos referentes à compra dessa embarcação (que custava R\$ 100.000,00), mesmo estando num lugar que poderia lhe render uma elevada produtividade e retorno financeiro. O alto valor das parcelas mensais (pouco mais de R\$ 1.000,00) o assustou bastante, a ponto de reconsiderar e avaliar os seus planos na busca pelo financiamento. Dessa forma, a procura por uma embarcação de menor porte e, conseqüentemente, mais barata se tornou primordial para o Isac, fazendo com que se concentrasse no sentido de averiguar as melhores opções que o mercado local (da Baía de Sepetiba) pudesse lhe oferecer.

Ele revelou também que já tinha feito uma pesquisa inicial, principalmente avaliando os preços das embarcações que se encontravam à venda nas localidades pesqueiras de Pedra de Guaratiba e da Ilha da Madeira. No decorrer desta procura encontrou um barco condizente com a sua realidade e com os projetos que tinha em

³³ Diferentemente ao início da trajetória na busca pelo crédito do PRONAF, Isac desta vez estava pensando em ir à FIPERJ de Guaratiba para emitir uma nova DAP. Dessa forma, a emissão deste documento pela sucursal niteroiense é mais um exemplo da falta de informações precisas que os funcionários dos órgãos ligados ao PRONAF têm a respeito do programa. Segundo Isac, ele desconhecia que o posto de atendimento da FIPERJ em Guaratiba era capaz de emitir a DAP. Com essa informação, a qual afirmou ter extraído de outros pescadores que também buscam o financiamento, Isac terá mais comodidade de verificar o andamento de todo o processo, uma vez que este posto fica próximo ao local onde reside.

mente. Este novo barco possui 10 metros de comprimento, tem uma capacidade de armazenamento (em porão) para até 2 toneladas de pescado e custará ao Isac a importância de R\$ 60.000,00.

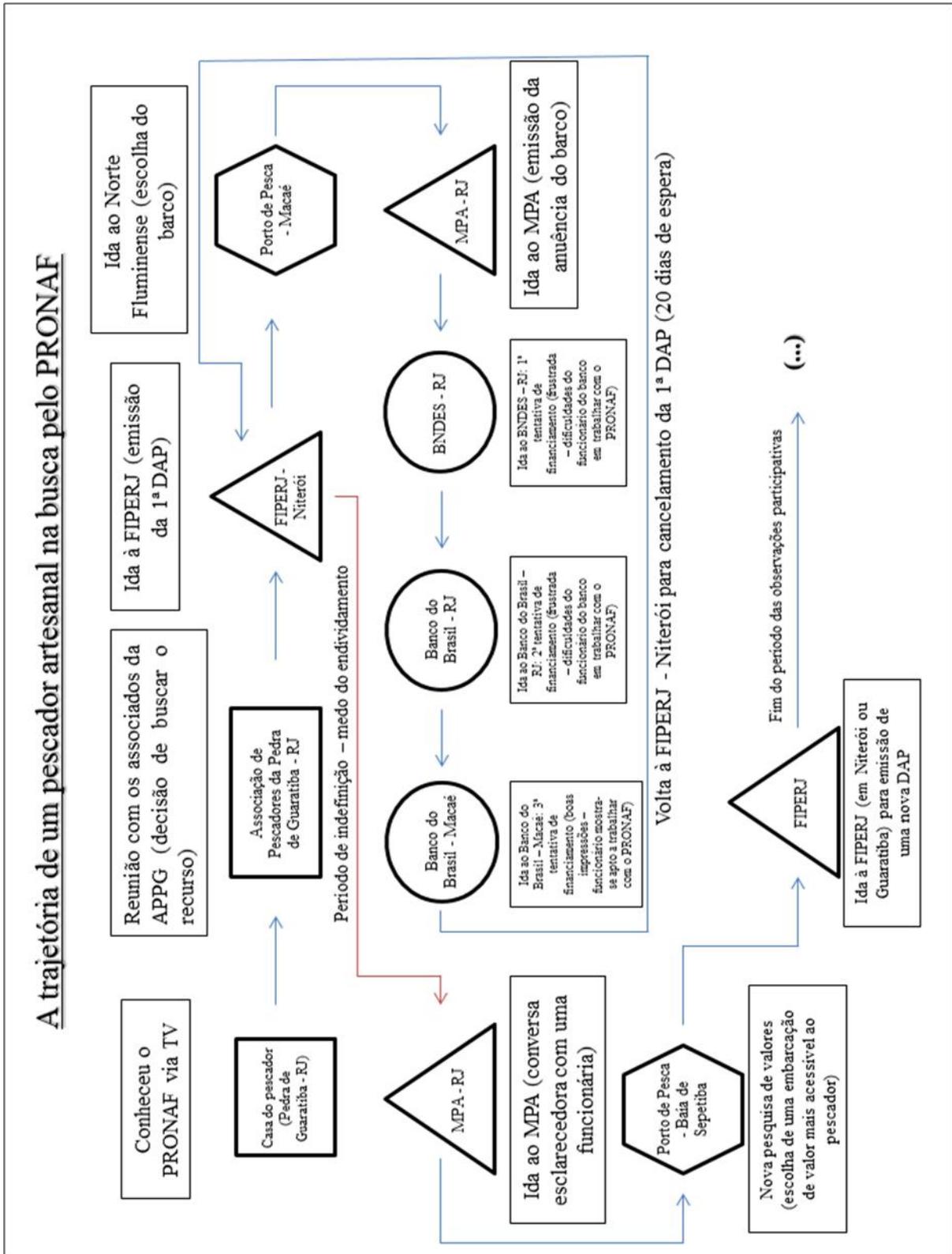
A dimensão institucional do financiamento (lembra o Isac) tem também que ser levada em consideração quando se solicita o crédito do PRONAF. Ele conta que será necessário comprovar seus rendimentos anuais ao banco que concederá o dinheiro do financiamento. Para ele esta tarefa é muito difícil, pois sua produção é pequena, o que faz com que a venda do que produz seja direcionada aos comerciantes locais, os quais possuem uma estrutura de comercialização bastante limitada e precária. Estes comerciantes compram o pescado do Isac (e de vários outros pescadores artesanais) sem emitir o comprovante fiscal, tornando assim, a comprovação da renda uma tarefa difícil de realizar. Após esta conversa, combinamos de nos encontrar na FIPERJ no início da semana seguinte, para que pudesse acompanhá-lo nesta nova solicitação da DAP.

Na véspera de nosso encontro, procurei o Isac para confirmar o nosso compromisso e, ao encontrá-lo, ele me disse que não seria possível ir à FIPERJ na semana que seguia, pois precisava muito sair para pescar durante toda a semana. Ele contou que precisava levantar algum dinheiro para conseguir pagar algumas contas e despesas pessoais.

Este foi o meu último contato com o pescador Isac Alves, no que se refere as observações que vinha fazendo a fim de relatar a sua busca pelo crédito do PRONAF. O tempo que foi dado para a preparação da presente monografia (aproximadamente cinco meses) não foi suficiente para relatar o fim do processo de solicitação deste recurso e Isac ainda continua na busca por este financiamento.

Na página seguinte se encontra um fluxograma que ilustra a trajetória deste pescador artesanal em busca pelo crédito do PRONAF. Todavia, assim como o presente relato, este fluxograma não possuirá por hora um desfecho final.

Figura 1 - Fluxograma da trajetória do pescador Isac Alves, na busca pelo financiamento do PRONAF.



Fonte: Acervo pessoal de Felipe Andrade Rainha, 2013.

7 CONSIDERAÇÕES

O que busquei realizar com este trabalho foi, em suma, refletir sobre como a política pública pode se tornar uma ferramenta do Estado para promover a gestão e o planejamento do espaço geográfico. Não se tratou aqui de realizar uma discussão de gestão e de planejamento de maneira direta, mas sim de compreender como seria possível, por meio da política pública, realizar o controle dos grupos sociais (contemplados pela mesma) e do território que eles habitam.

Neste sentido, buscou-se entender a relação entre o Estado e a sociedade, por meio da relação entre o PRONAF e os pescadores artesanais. Vimos que o PRONAF se caracteriza por ser uma política pública conquistada com a forte contribuição das lutas sociais promovidas pelos agricultores familiares na década de noventa. A pressão dos pescadores junto ao Governo Federal no início dos anos dois mil, fez com que a referida política também os contemplasse, configurando-se assim, como uma importante conquista desses trabalhadores no cenário político nacional.

Essas conquistas políticas, no entanto, não asseguraram o atendimento de todos de maneira justa, pelo menos no caso dos pescadores. Vimos que o PRONAF possui uma estrutura de funcionamento muito complexa e burocrática, o que faz com que boa parte desses trabalhadores encontre inúmeras dificuldades, especialmente os pequenos produtores ligados a pesca artesanal. Desse modo, muitos deles desistem de acessar o crédito no meio do processo de solicitação ou, em alguns casos, até mesmo não cogitam a possibilidade de fazer o pedido de financiamento.

A realidade da pesca artesanal, principalmente dos pequenos produtores, é muito precária no que se refere às condições de trabalho e de reprodução da vida. Muitos desses trabalhadores passam por longas e arriscadas jornadas de trabalho que, em boa parte das vezes, é realizada de maneira solitária. Quando volta do mar necessita dar início a uma outra etapa desta jornada: a venda de sua produção. Esta venda é realizada de duas maneiras: a primeira é diretamente ao consumidor final (venda de porta em porta, em barracas de feiras ou na própria área de desembarque); a outra maneira de se vender é para os comerciantes, os quais podem estar ligados a uma rede formal (mais raro em algumas localidades) ou a uma rede informal de comercialização. Em ambas as situações de venda, o pequeno produtor da pesca artesanal não emite comprovante ou sequer o solicita, simplesmente porque sempre realizou a comercialização de seu pescado desta maneira e desconhece o sentido de emitir e/ou exigir a nota fiscal.

Falta-lhe informação. Não a informação sobre a legislação que estrutura a política pública, mas a informação de que é preciso se documentar. De que é importante para ele guardar os registros que comprovem que ele existe, de que ele é casado, de que ele nasceu no dia tal e seus pais são Fulano e Sicrano, de que ele é contribuinte, de que ele tem o seu nome limpo, dentre tantos. Os tempos mudaram para o pescador e não lhe basta apenas saber que existe, não basta apenas saber que é casado ou solteiro, não basta saber quem são os seus pais e em que dia nasceu, não basta pagar seus impostos, não basta ser conhecido como honesto pelos amigos e pelas pessoas da sua localidade. Hoje em dia é preciso documentar tudo. O pescador tem que provar ao Estado todas essas coisas (entre tantas outras), mas só conseguirá isto por meio de documentos, caso contrário não conseguirá ter acesso aos seus direitos.

A questão do alto nível de exigibilidade documental se mostrou claramente no relato etnográfico desenvolvido no capítulo seis desta monografia. O pescador artesanal que acompanhei, por vezes era colocado em xeque no sentido de ter sempre os seus documentos em mãos, não somente para dar prosseguimento ao pedido de financiamento do PRONAF, mas também para realizar coisas simples dessa trajetória, como por exemplo, para simplesmente entrar no prédio do MPA (neste caso era preciso ter em mãos um documento original de identidade, caso contrário ele não poderia entrar na referida instituição). No caso do pescador que acompanhei, o principal documento que tinha dificuldade de obter eram os comprovantes de venda da sua produção, haja vista que o mesmo é parte de uma estrutura precária (e muito comum, diga-se de passagem) de comercialização do pescado, conforme já foi detalhado neste estudo.

A estrutura burocrática da política pública não se fundamenta somente na questão da exigência dos documentos, mas também se alicerça na forma como a mesma é escrita, na sua linguagem. A complexidade da escrita e dos termos usados para a construção da política pública faz com que os pescadores artesanais não entendam completamente o seu funcionamento e assim acabam não se sentindo parte de sua própria conquista.

Todavia, gostaria de destacar nas páginas seguintes três frentes de reflexão, as quais acredito demandarem uma maior necessidade de atenção por parte daqueles que se interessam pelo tema.

A primeira delas diz respeito à dificuldade que os próprios funcionários das instituições ligadas ao PRONAF possuem em lidar com a estrutura do programa. Vimos no relato etnográfico que são muitos os gerentes de bancos (especialmente das agências localizadas na área metropolitana) que não realizam com frequência os pedidos de financiamento dos fundos ligados ao PRONAF. O mais espantoso é que essa constatação

parte de uma afirmação de um funcionário do alto escalão do MPA. De maneira geral foram poucos os funcionários que deram informações precisas sobre como proceder na busca pelo crédito, sobre as exigências de cada etapa ou até mesmo sobre o que é o próprio programa (vide a situação presenciada no BNDES).

Este obstáculo em torno da aplicabilidade da política pública carece de uma reflexão mais profunda, pois nos revela não somente a negação de um direito social ao cidadão, mas também elucida um processo de construção de um sentimento de frustração e de impotência do mesmo na sua relação com o Estado. Ao pescador lhe é passada a impressão de que é praticamente impossível acessar os recursos do PRONAF, de que terá que percorrer uma longa jornada para assegurar o que lhe é de direito. Ao passar a sua versão (mesmo que esta esteja errada), o funcionário inculca na cabeça do pescador que o equívoco parte dele, fazendo construir no mesmo a sensação de que o ideal, ou seja, a maneira correta de se proceder, é muito complexa e, por isso, jamais poderá ser alcançada.

A segunda frente de reflexão em torno da relação entre a política pública aqui estudada e os pescadores artesanais, diz respeito à dimensão do jogo político que se faz na sua acessibilidade. O intenso conflito em que vivem as instituições que representam os pescadores artesanais (Colônias x Associações) faz com que algumas lideranças locais se articulem para que os órgãos que emitem a DAP promovam reuniões em suas sedes e assim contemplem os seus associados com as informações sobre o programa. A primeira vista isso parece uma estratégia legítima no que tange à difusão da informação e ao acompanhamento coletivo (tanto por parte dos “sindicatos”, quanto por parte dos órgãos ligados ao programa) das solicitações de financiamento do PRONAF. Porém, este procedimento faz parte de um complexo jogo político, no qual aqueles que pertencem à Associação local não são “bem-vindos” nas reuniões que acontecem na Colônia e vice-versa.

Um novo ingrediente, entretanto, faz-se presente nesta antiga trama que contribui para configurar o atual cenário de crise em que vive a pesca artesanal fluminense, assim como, também, a brasileira. Falo aqui da participação das instituições ligadas ao Estado, em especial àquelas que são vinculadas ao acesso às políticas públicas para a categoria. O relato etnográfico nos mostrou que esta participação muitas vezes se dá no sentido de alimentar esta disputa pelo poder, de intensificar a busca pela legitimidade de se tornar a única representante da pesca artesanal.

A privação dos direitos dos pescadores artesanais ganha uma nova dimensão, a dimensão da trama política contida na sua própria classe, entre os seus próprios representantes e que conta com a participação direta do Estado. Esta situação tende a acentuar ainda mais o

processo de fragmentação da referida classe, fazendo com que o movimento perca força nas suas reivindicações e nos seus protestos contra as ações do Estado e do grande capital.

Por fim chegamos a terceira frente de reflexão que aqui proponho. Esta nos coloca a avaliar a dimensão do endividamento que o PRONAF tende a promover, em especial, aos pequenos produtores da pesca artesanal. Diferente de outras políticas públicas ligadas ao setor (como o seguro defeso, por exemplo) o PRONAF possui um estrutura financeira fundamentada num sistema de juros e num número de parcelas que pouco varia de acordo com os pedidos e com a realidade de cada pescador. Assim, essa estrutura se dá de maneira igual a todos os pescadores artesanais, sejam eles pequenos, médios ou grandes produtores.

Desse modo, conforme apresentado anteriormente, a dificuldade vivida pelos pequenos produtores da pesca artesanal os fazem encarar o PRONAF não como uma oportunidade de melhorar a sua renda e aumentar a sua produtividade, mas sim como uma possibilidade de inserirem-se num processo de endividamento. Boa parte desses trabalhadores não possuem um capital de giro ou uma garantia segura que lhe proporcione tranquilidade para solicitar o financiamento e paga-lo mensalmente. Neste sentido, a política pública esvazia-se do discurso da garantia dos direitos e da promoção de melhorias na qualidade de vida do pescador artesanal, associando-se a uma lógica que a entende como aprisionamento ao Estado por meio do endividamento.

No momento em que contrai a dívida, o pescador tem a impressão de estar preso ao Estado, o que o faz repensar inúmeras vezes a sua participação no programa. Dessa forma, o que trago para o debate e proponho para reflexão a partir desta crítica é que a política pública deve existir para estar a serviço dos grupos sociais que elas abrangem, haja vista que é do seio das lutas dos movimentos sociais que, por exemplo, o próprio PRONAF tem o seu surgimento. Entretanto, os resultados que este estudo alcançou, nos colocam a refletir a aplicabilidade e a função social do próprio programa (e das políticas públicas de maneira geral), possibilitando assim, compreende-lo como um instrumento de dominação que o Estado utiliza para garantir o controle daqueles que a ele se submetem.

Controlar os pescadores artesanais, principalmente o seu acesso aos recursos que lhes garantam uma maior capacidade produtiva e uma melhor organização do seu trabalho, é extremamente necessário para ter o controle do seu território. Atualmente o país vive um profundo processo de reorganização espacial de sua produção e tem como algumas de suas principais estratégias para sustentar este processo, a mudança no padrão logístico (criação de super portos) e a intensificação dos investimentos no setor industrial (especialmente ligados à petroquímica, a siderurgia e a indústria naval).

As áreas que concentram essas atividades se encontram próximas às localidades que abrigam a atividade pesqueira artesanal, o que vem sendo um entrave a este modelo de desenvolvimento que vem se fazendo presente em todo território nacional nos últimos anos. Inúmeros foram os conflitos envolvendo os pescadores artesanais e as grandes empresas ligadas a construção e gerência destes empreendimentos. A luta pelo direito ao trabalho, a denúncia de atos contra o meio natural (aumento da poluição) e até mesmo o debate pelo direito a moradia (remoção das famílias concentradas nas localidades pesqueiras), figuram entre os principais temas das reivindicações que os pescadores artesanais trazem em seus protestos pelas cidades brasileiras e em barqueatas.

Na maioria das vezes estes sujeitos invisíveis das metrópoles, das zonas rurais, dos mares e baías, dos rios, entre tantos outros lugares em que se fazem presentes, mas não são vistos pelos demais habitantes desses espaços, são vencidos em suas lutas e enfrentamentos. Entretanto resistem e continuam dando sua resposta a este modelo de modernização que passa por cima de tudo e de todos, que concebe o espaço como uma folha de papel em branco, como se este já não fosse produzido e, mais do que isso, como se este já não fosse vivido e experienciado por formas não exclusivamente mercantis de produção.

Coloquemo-nos atentos e agucemos o nosso senso crítico em torno do exercício de decifrar a intencionalidade do Estado por detrás de seus discursos, por detrás de suas ações. A Academia necessita se aproximar do mundo que é realmente vivido e construído pela sociedade, principalmente daqueles que se encontram à margem dos grandes cenários de debate que tratam da privação dos direitos sociais e do acesso às políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Texto para discussão**. n.º. 641. Brasília: Convênio FIPE/IPEA 07/97, 1999. 49 p.

ALVES, Isac. **Depoimento sobre o caminho percorrido na busca pelo crédito do PRONAF**: a experiência de Isac Alves. Rio de Janeiro, 23 mar. 2013. Entrevista concedida a Felipe Andrade Rainha.

AZEVEDO, Natália Tavares de. **Política nacional para o setor pesqueiro no Brasil (2003-2011)**. 2012. 349p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

BASTOS, MAR. Estratégia metodológica utilizada para contextualizar o cenário cultural do CTI de um hospital universitário. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 163-171, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v35n2/v35n2a10.pdf>. Acesso em: 11 maio. 2013.

CARIA, Telmo H. A construção etnográfica do conhecimento em Ciências Sociais: reflexividade e fronteiras. In: CARIA, Telmo H. **Experiência etnográfica em Ciências Sociais**. Porto: Edições Afrontamento, 2005. p. 9-20.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.), *et al.* **A Produção do Espaço Urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.p. 53-74.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.º. 8, p. 70-82, abr. 1997. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/index.php?cA=db&aI=44&cR=&aT=Carneiro,%20Maria%20Jos%C3%A9&vT=cb&vA=1&vR=&vU=Carneiro,%20Maria%20Jos%C3%A9>. Acesso em: 20 maio. 2013.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**: pesquisas de Antropologia Política. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1982. 152 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1995. 94 p.

COSTA, Adriane Lobo. **Cartilha do PRONAF Pesca**. Brasília: SEAP, 2003. 16 p. Disponível em: <http://www.aprendendoaexportar.gov.br/_pescados/_pdf/cartilha-pronaf-pesca.doc>. Acesso em: 01 nov. 2012.

EMATER/RS-ASCAR, Equipe Técnica (org.). **Plano de Safra 2012-2013**: Manual de Crédito Rural. Porto Alegre: NGP/GET, 2012. 264 p. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/area/credito_rural/plano_safra.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2013.

FAO, Departamento de Pesca y Acuicultura de la FAO. **El estado mundial de la pesca y la acuicultura**. Roma: FAO, 2012. 250 p. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/016/i2727s/i2727s00.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2013.

GUANZIROLI, Carlos E. **PRONAF dez anos depois**: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, n.º 34, 2006, Salvador. **Anais do XXXIV ENE/ANPEC**. Salvador: ANPEC, 2006. 28 p. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A169.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2012.

GUBER, Rosana. La observación participante; La entrevista etnográfica o el arte de la "no directividad". In: GUBER, Rosana. **La etnografía**: método, campo y reflexividad. Bogotá: Editorial Norma, 2001. Capítulos 3 e 4: p. 55-74 / p. 75-100.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1998. 349 p.

IBGE, Equipe Técnica (org.). **Censo Agropecuário 2006**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 141 p.

MAIA Guilherme Baptista da, *et al.* **Informativo Técnico SEAGRI**: n.º 3/2011. Rio de Janeiro: BNDES, 2011. 12 p. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/informativo_SEAGRI/InformativoSEAGRI_03_2011.pdf. Acesso em: 01 nov. 2012.

MAUSS, Marcel. Métodos de observação. In: MAUSS, Marcel. **Manual de Etnografia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993. p. 27-35.

MOVIMENTO dos Pescadores e Pescadoras Artesanais lança Campanha pelo Território Tradicional Pesqueiro em Brasília. **Comissão Pastoral da Terra (CPT-Nacional)**, Goiânia, 31 maio. 2012. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/noticias/14-acoed-dos-movimentos/1109-movimento-dos-pescadores-e-pescadoras-artesanais-lanca-campanha-pelo-territorio-tradicional-pesqueiro-em-brasilia>>. Acesso em: 04 maio. 2013.

MPA, Equipe Técnica (org.). **Produção Pesqueira e Aquícola**: estatística 2008 e 2009. Brasília: MPA, 2010. 30 p.

MPA/IBGE, Equipe Técnica (org.). **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura**: Brasil 2008-2009. Brasília: MPA, 2010. 101 p.

OLIVEIRA, José Silvestre Prado de. Estatísticas do Meio Rural 2010-2011. Brasília: DIEESE/NEAD/MDA, 2011. 292 p.

PORTELA, Roselene de Souza. Políticas habitacionais em cidades amazônicas: Belém e São Luís na perspectiva comparativa. 2011. 306 p. Tese (Doutorado Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

RIBEIRO, Ana Clara T. Urbanização sem urbanidade: um cenário de incertezas. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, n. 16, p. 556-590, 1995. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1792>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994. 190 p.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC. 1996. 384 p.

_____. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: EDUSP, 2008. 285 p.

SCHNEIDER, Sergio, et al. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio, et al. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. n.º 1. Porto Alegre, Ed.: UFRGS, 2004, p. 21-50.

SEBRAE/NA, Equipe Técnica (org.). **Cartilha de Acesso ao PRONAF**: saiba como obter o crédito para a agricultura familiar. Brasília: SEBRAE, 2012. 32 p. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/\\$File/NT00044052.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/$File/NT00044052.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2012.

SOUSA, Jânia M. P.; JÚNIOR, Airton S. V. Análise das liberações dos recursos do PRONAF – descentralização das aplicações do crédito rural? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), n.º 64, 2006,

Fortaleza. **Anais do SOBER**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006. 18p. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoPDF.aspx?cd_artigo=1. Acesso em: 01 nov. 2012.

VALIDADE da estatística pesqueira realizada pelo governo é questionada. **Blogspot do MPP**, Salvador, 24 abr. 2013. Disponível em: <http://noticiaspeloterritorio.blogspot.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2013.

Demais fontes de consulta

- <http://www.bndes.gov.br>
- <http://www.bcb.gov.br>
- <http://www.mpa.gov.br>
- <http://www.mda.gov.br>
- <http://www.agricultura.gov.br>
- <http://www.ibge.gov.br>